



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia

**Questões de Gênero, Sexualidade e Diversidade a partir da Perspectiva de
Alunos/as**

Mireli Pinto Medeiros

Brasília - DF

Dezembro/2018



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia

**Questões de Gênero, Sexualidade e Diversidade a partir da Perspectiva de
Alunos/as**

Mireli Pinto Medeiros

Monografia apresentada à Faculdade de
Ciências da Educação e Saúde do
Centro Universitário de Brasília –
UniCEUB como requisito parcial à
conclusão de Curso de Psicologia.
Professora Orientadora: Dra. Ana Flávia
do Amaral Madureira

Brasília – DF

Dezembro/2018

Folha de avaliação

Autora: Mireli Pinto Medeiros

Título: Questões de Gênero, Sexualidade e Diversidade a partir da Perspectiva de Alunos/as

Banca Examinadora:

Professora orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Flávia do Amaral Madureira

Prof.^a Dr.^a Marília de Queiroz Jacome

Prof.^a Me. Ilsimara Moraes da Silva

Brasília – DF

Dezembro/2018

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à Deus e Nossa Senhora, por estarem comigo em todas as dificuldades, por não me abandonarem e me ajudar a superar todas as dificuldades. Meu especial agradecimento agora vai para meus pais, Ildaidis e Sidnei que me proporcionaram estudar esses 5 anos em uma boa faculdade particular e conseguir me manter, mesmo que longe deles na maioria dos dias. Obrigada por todo o suporte e dedicação ao longo desses anos, sei que não conseguiria chegar onde cheguei se não fosse por vocês.

Obrigada minhas irmãs Dani e Mel por cada gesto de carinho e atenção, por cuidarem de mim mesmo estando longe. Saibam que a força de vocês duas me motivou e continua a me motivar, para seguir nesse caminho, que apesar de difícil, me proporcionou momentos e oportunidades inigualáveis.

Obrigada Dennis, Dennise e Tio Pelé por me acolherem na casa de vocês, por me aturarem, cuidarem de mim e estarem por perto e dispostos a ajudar em todas as dificuldades. Meu especial agradecimento para minha tia e madrinha Maria, que infelizmente não está conosco e não estará presente nesse momento tão importante da minha vida, mas que tenho certeza que está orgulhosa e continua a me abençoar aí do céu.

Agradeço aos meus amigos e primos: Laysa, Bruno, Gabriel 1, Gabriel 2, Taise, Victor, Gabriel 3 que me ajudaram a desestressar e diminuíram os momentos de dor e sofrimentos causados pela faculdade. Obrigada também aos amigos que esse curso me deu e que espero levar para a vida: Juh, Léo e Gleisson, vocês foram demais, que bom que estiveram comigo para compartilharmos das mesmas angústias, medos e aproveitar o clássico Burger King de aniversário, sempre que o Ceub deixava.

Por fim, meu mais singelo e especial agradecimento à minha querida professora e orientadora Ana Flávia Madureira. Obrigada por todo o suporte, pelas dicas, aconselhamentos

e escuta durante todos esses semestres em que estivemos juntas, principalmente, no decorrer desse último ano. Tenho em mim a certeza que a senhora me ajudou a ser uma aluna, uma pessoa e uma futura psicóloga muito melhor do que poderia imaginar. Obrigada por todas as palavras de consolo, os abraços que me auxiliaram a não desistir e acreditar que, seria sim, possível chegar até onde cheguei.

Obrigada a todos/as!

Sumário

Resumo.....	vii
Introdução	1
1. A escola e seu Papel Transformador	12
2. Processos Identitários, Sexualidade e Diversidade no Contexto Escolar	20
3. A Promoção do Aluno como Agente Ativo	35
4. Metodologia	41
4.1 Participantes	43
4.2 Materiais e instrumentos	45
4.3 Procedimentos de construção das informações	45
4.4 Procedimentos de análise	46
5. Resultados e Discussão	48
5.1 As questões de gênero no contexto escolar e na sociedade brasileira	48
5.2 Sexualidade e diversidade na escola	54
5.3 Gênero, sexualidade e diversidade na escola: sugestões de estudantes	59
Considerações Finais	71
Referências	76
Anexos	84
Anexo A	85
Anexo B	87
Anexo C	89
Anexo D	91
Anexo E	94
Anexo F	96

Resumo

A presente pesquisa apresenta como objetivo analisar os posicionamentos e opiniões de alunos/as em relação às questões de gênero, sexualidade e diversidade no contexto escolar. Foi utilizada uma metodologia qualitativa de investigação, tendo como participantes seis alunos/as do ensino médio de escolas públicas e privadas, entre 16 e 18 anos, moradores/as da cidade de Formosa, situada no Estado de Goiás. A pesquisa envolveu a realização de entrevistas individuais semiestruturadas, de forma integrada à apresentação de imagens previamente selecionadas. Após a transcrição dos áudios gravados na pesquisa de campo, foram realizadas análises e interpretações das informações construídas, com base na análise de conteúdo temática. De forma específica, foram construídas três categorias analíticas temáticas. A partir da análise dos resultados, é importante destacar que todos/as alunos/as acreditam que é importante a discussão de temas como gênero, sexualidade e diversidade na escola. É imprescindível que a escola possa perceber e usar da melhor forma seu potencial transformador, construindo um ambiente acolhedor para proporcionar aos seus/suas alunos/as discussões que, para além do conteúdo acadêmico, forme cidadãos/ãs com senso crítico e respeito frente às diferenças encontradas no outro. Ainda existem poucas pesquisas acadêmicas voltadas para os discursos e opiniões dos/as próprios/as alunos/as, sendo assim, é importante destacar a relevância de mais produções acadêmicas que deem espaço aos/as estudantes, para que eles/as mostrem que conseguem ouvir e aprender muito, mas também, falar e ensinar.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Diversidade, Escola, Alunos/as

Introdução

A sociedade brasileira, atualmente, debate cada vez mais questões relacionadas à gênero, sexualidade e diversidade. Diferentes setores têm participado dessas discussões, como a mídia, o meio acadêmico, escolas, famílias. Gerando, assim, mais debates e posicionamentos diversos acerca do assunto.

Conseqüentemente, por serem temas ainda considerados "tabus" por uma parcela significativa da população brasileira, acarreta em divisões de grupos a favor e contra os debates e representações sociais, políticas, além de disputas pela razão, o reconhecimento ou não de direitos, dos ditos grupos "minoritários". É importante refletir que essa denominação "minoritários" traz em si, muitas vezes, uma significação pejorativa e busca diminuir os indivíduos que estão inseridos nesses grupos. Ao analisar esses perfis, grande parte da população se encaixa neles, tendo em vista, que são compostos por gays, lésbicas, transexuais, travestis, mulheres, pessoas negras, adeptos de religiões de origem africana (como a umbanda e o candomblé), que infelizmente, ainda sofrem com a intolerância religiosa no Brasil e tantas outras representações consideradas "minoritárias".

É importante que haja a promoção de discussões e reflexões com um olhar mais crítico frente às discriminações direcionadas para esses grupos "minoritários" que, juntos, representam uma grande parcela da sociedade brasileira, que merecem respeito e o cumprimento de seus direitos. Um significativo começo em busca do enfrentamento do preconceito pode se dar através de mais debates em casa, nas conversas entre pais e filhos/as; nas escolas e universidades. Tendo em vista que o aumento dessas discussões e de pesquisas acadêmicas podem trazer maior conhecimento e visibilidade para temas, como gênero, sexualidade e diversidade.

Madureira e Branco (2015) apresentam um estudo com resultados significativos e visibilizando bem o assunto em questão ao entrevistarem professores/as, na segunda etapa da pesquisa, para saber seus posicionamentos em relação às questões de gênero, sexualidade e diversidade, obtiveram resultados em que por mais que a maioria dos/as professores/as acredite que a escola deva promover trabalhos sobre educação sexual, existe lacunas referentes ao que é previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais e o que realmente ocorre nas escolas.

Na mesma linha de tentar entender o quanto esses assuntos estão e/ou deveriam ser debatidos na escola, Paula (2016), através de entrevistas semiestruturadas com psicólogos/as escolares, analisou suas crenças a respeito de questões de gênero, sexualidade e diversidade. Todos/as participantes se mostraram sensíveis às questões, mas destacaram que alunos/as, por vezes, sofrem preconceitos por parte dos/as professores/as. A autora destaca o quanto é importante que os Cursos de Licenciatura, relacionados a formação de professores/as, como também os Cursos de Psicologia introduzam em seus currículos, discussões que envolvam gênero, sexualidade e diversidade. Para que assim, ao ingressarem no ambiente escolar, psicólogos/as escolares possam contribuir na formação continuada de professores/as, e que estes percebam a importância que esse ensino, essas discussões podem ter, tanto para si quanto para seus/as alunos/as.

Torna-se significativo o aumento de produções acadêmicas voltadas para as questões de gênero, sexualidade e diversidade, para que, aos poucos, a sociedade brasileira possa discutir de modo consciente e responsável, sobre propostas como a do Projeto de Lei 867/2015, que cria o Programa "Escola sem partido"¹. Percebo, de modo crítico, que o Programa em questão é uma tentativa de normatizar a conduta dos/as professores/as, fazendo

¹ Livro: *Escola "sem" partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. G. Frigotto (Org.). Rio de Janeiro: Laboratório de políticas públicas (LPP).

com que estes/as não mais realizem debates com os seus/suas alunos/as sobre questões como gênero e sexualidade, temas que envolvam política, filosofia, debates que gerem reflexões acerca do que acontece na sociedade em que estamos inseridos/as. Tudo isso, na visão dos defensores do Programa “Escola sem partido”, seria uma forma de evitar a “doutrinação” nas escolas.

No ano de 2017, o Brasil se viu diante de debates referentes à suposta “ideologia de gênero”, ao Programa “Escola sem partido”, mudanças no currículo nacional com a proposta de incluir ou retirar os assuntos relacionados a gênero e sexualidade, além do crescimento da representatividade LGBT e maior empoderamento das mulheres. Com base nisso, é importante que se produzam mais pesquisas acadêmicas analisando os temas em questão, que proporcionem maior conhecimento e tragam novas formas de lidar com assuntos que envolvam sexualidade, gênero e diversidade, seja em casa, na escola, no trabalho ou na rua.

É importante destacar que neste trabalho, gênero é entendido como sendo a “(...) compreensão do processo cultural e historicamente situado do sujeito tornar-se homem ou mulher” (Madureira & Branco, 2012, p. 137). Deste modo, gênero é uma categoria eminentemente cultural. Ou seja, ninguém nasce com a sua identidade de gênero “pronta e definida”.

Em outubro de 2017, foi realizado um estudo pelo Paraná Pesquisas, com exclusividade ao jornal Gazeta do Povo², com o intuito de saber a opinião dos/as brasileiros/as quanto ao “discurso de gênero” dentro das escolas. O total de participantes corresponde a 2.635 pessoas, de todos os estados brasileiros. A pergunta feita aos/às participantes foi a seguinte: “A teoria de que uma pessoa pode escolher o próprio gênero deve

²Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/exclusivo-pesquisa-mostra-rejeicao-dos-brasileiros-a-ideologia-de-genero-nas-escolas-a69umi8p0hvhv11iee04e4fy/ampgp>

fazer parte do currículo escolar”? Os resultados obtidos foram: 87% não concordam; 8,6% concordam e 4,4% não responderam.

É destacado na reportagem, como um dos resultados que: “A rejeição à ideologia de gênero também cresce conforme a escolaridade aumenta: 83,7% entre os que têm nível fundamental, 88,6% no grupo que tem ensino médio e 90% entre as pessoas com nível superior”. A forma como são apresentados os resultados da pesquisa deixa em aberto a interpretação de que o nível de rejeição à “ideologia de gênero” é diretamente proporcional ao nível de escolaridade, de forma a promover a ideia de que as pessoas que são socialmente consideradas, muitas vezes, como “mais inteligentes” são contra a presença do discurso de “ideologia de gênero” nas escolas.

Em relação à essa pesquisa, é válido trazer questionamentos a respeito da forma como a pergunta foi feita aos/às participantes e a associação que é realizada quanto à rejeição à “ideologia de gênero” e o grau de escolaridade, tendo maior porcentagem no nível superior. Ao analisarmos a pergunta é percebido que ao adotarem o termo “escolher o próprio gênero”, acaba trazendo aos participantes a informação de que gênero é algo que se escolhe, quando na verdade é uma característica que independe de uma “opção” que a pessoa possa fazer, ou seja, não é uma escolha racional.

O artigo de Franco e Cicillini (2015) contribui para o entendimento e evidenciação do argumento de que as pessoas não escolhem racionalmente uma identidade de gênero ou orientação sexual. Foi uma pesquisa realizada com professoras transexuais, das cinco regiões do Brasil, que relatam seus processos de escolarização e inserção na docência. É narrado por essas participantes as violências que vivenciaram no decorrer do período escolar, ocorrendo através de transfobias implícitas ou explícitas, por meio, de um olhar discriminador; de exclusões do meio social chegando até a agressões físicas.

O atual cenário discriminatório e preconceituoso em que o Brasil está inserido, considerado o país campeão mundial em violência contra LGBTs, mostra que ao contrário do que muitos acreditam, o indivíduo não escolhe para si uma identidade de gênero ou sua orientação sexual, ainda mais tendo como consequência ser vítima de violência física e/ou verbal em decorrência de sua suposta "opção".

A partir de pesquisas, como as realizadas pelo Grupo Gay da Bahia (GGB),³ que há 38 anos traz estatísticas sobre assassinatos de transgêneros e homossexuais, foi constatado que, no ano de 2017, houve aumento de 30% nos homicídios em relação a 2016, passando de 343 para 445. Dessas vítimas, 194 eram gays, 191 transexuais, 43 lésbicas e 5 bissexuais.

Segundo o levantamento realizado pelo GGB em 2017⁴, a cada 19 LGBTs, um é assassinado ou se suicida. Pesquisas recentes indicam que, no ano de 2018, já houve um total de 372 mortes de LGBTs no país.⁵ Vale ressaltar que os dados dessas pesquisas se baseiam em informações obtidas através do Disque 100, notícias publicadas pela imprensa e divulgadas na internet, sendo assim, não há um alcance total da real estatística das ocorrências, visto que muitos não denunciam, não procuram ajuda e é baixa a divulgação dessas informações.⁶

Um caso que ilustra bem a importância da produção de mais pesquisas, debates, uso das diferentes mídias e aumento da visibilidade e do respeito à representatividade dos grupos considerados minoritários, aconteceu em Sobral, interior do Ceará. Em dezembro de 2017, o projeto de lei 2154/2017, aprovado pela Câmara de Sobral, foi vetado pelo prefeito, o documento proibia "ideologia de gênero" nas escolas públicas e particulares do município. No dia 20 de

³ Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>

⁴ Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>

⁵ Disponível em: <https://homofobiamata.wordpress.com>

⁶ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-01/levantamento-aponta-recorde-de-mortes-por-homofobia-no-brasil-em>

fevereiro de 2018, em meio a protestos contra e a favor do projeto, os vereadores votaram para que o veto continuasse, a votação terminou em 10 contra 9.⁷

O texto do projeto trazia a proibição de "atividades pedagógicas que visem a reprodução do conceito de ideologia de gênero na grade curricular".⁸ A reportagem traz informações de que muitos dos líderes, a favor do projeto, são religiosos e que apresentam como justificativa ao não acordo do veto do prefeito, o fato de que, para eles, a escola iria tratar de assuntos que dizem respeito à escolha das famílias em falar ou não.

Em relação ao embate existente sobre o quanto a escola deve ou não discutir assuntos que envolvam gênero, sexualidade e diversidade, temos setores na sociedade brasileira que defendem ser escolha exclusiva da família tratar desses temas com crianças e adolescentes, não cabendo a escola levar essas questões para dentro da sala de aula. Porém, alguns setores discordam deste posicionamento e defendem como não sendo uma tarefa exclusiva da família, mas que a escola também deve abordar esses assuntos e poder trabalhá-los com seus/suas alunos/as, tendo em vista a promoção de uma cultura de paz e respeito em relação à diversidade existente em nosso país.

Ao refletirmos sobre essa diferença de opiniões, temos em si, que a família tem o direito de transmitir seus valores aos/as filhos/as, porém é importante que crianças e adolescentes encontrem, para além do ambiente familiar, outros espaços de discussão para temas como gênero e sexualidade. E a escola é um ambiente com potencialidades para tratar desses assuntos, ainda mais quando reconhecemos que o enfoque da escola ao abordar essas questões é diferente da forma como é discutido em casa.

Por ser a escola um espaço formado por crianças e adolescente provenientes de diferentes famílias, o conhecimento transmitido ali, é o científico, fundamentado nas ciências

⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/vereadores-mantem-veto-a-lei-para-proibir-ideologia-de-genero-em-sobral.ghtml>

⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/vereadores-mantem-veto-a-lei-para-proibir-ideologia-de-genero-em-sobral.ghtml>

humanas e naturais, podendo discuti-los com os/as alunos/as, na tentativa de proporcionar o desenvolvimento da autonomia e responsabilidade em relação, por exemplo, ao próprio corpo, suas interações com o outro e sua sexualidade. Alguns grupos tentam impedir que esses temas sejam discutidos na escola, sob a alegação de que o ambiente escolar não é local para tal discussão e que a escolha de falar ou não sobre esses temas é da família. Juntamente com essas discussões, esses grupos introduziram o termo "ideologia de gênero".

É discutido por Bárbara, Cunha e Bicalho (2017) em seu capítulo do livro "Escola "sem" Partido" a respeito do que esses grupos conservadores estão retratando como sendo "ideologia de gênero", juntamente com uma crítica dos autores a respeito dessa suposta categoria:

Segundo propaganda partidária veiculada na mídia televisiva, o professor estaria "fazendo a cabeça" da criança desde a educação infantil, de que "menino pode ser menina e menina pode ser menino". Daí em diante, passa-se a defender que questões morais, religiosas e ideológicas seriam propriedade privada da educação familiar, enquanto ao professor se destinaria a função de apenas instruir. Utilizando-se de categorias como neutralidade científica em sobreposição à liberdade de expressão e de pensamento, o que se quer é o controle do trabalho de professores e técnicos da educação para que eles atuem apenas na produção de subjetividades normalizadas (p. 110).

Na discussão acerca da proibição da suposta "ideologia de gênero" dentro das escolas é importante refletirmos criticamente sobre o termo ideologia. Tal termo gera uma ideia equivocada de submissão e doutrinação. É algo que vai inteiramente contra o que realmente é buscado pelos grupos "minoritários" e por quem se sensibiliza e concorda com o mesmo

pensamento, que é o de que nas escolas, os/as alunos/as possam ter um espaço transformador para construírem, de forma autônoma e responsável, uma atitude respeitosa frente às diferenças, em busca de uma perspectiva preventiva quanto a violência.

A ideia que é difundida a partir do termo ideologia, traz um emprego bastante problemático e equivocado do papel dos/as alunos/as, classificando os/as mesmos/as como se fossem massas "amorfos", que "absorvem" passivamente e agem de acordo com tudo que ouvem dos/as professores/as em sala de aula. É errôneo pensar que trabalhar temas como identidade de gênero na escola levará a mudanças e influências no comportamento e posicionamento dos/as alunos/as em relação a isso, fazendo até mesmo, com que eles/as "se tornem" transexuais, gays, lésbicas, travestis.

A ideia é apenas que os/as mesmos/as reflitam sobre essas questões e respeite o próximo como eles são, independente de identidade ou orientação sexual. Ao analisar de modo mais detalhado este pensamento, vê-se por trás disso, uma desvalorização do/da aluno/a como um ser pensante, ativo, capaz de tomar suas decisões, discernir as opiniões, fazer suas próprias escolhas de forma crítica e consciente.

É importante que os/as adolescentes se posicionem mais crítica e ativamente dentro da escola, e que lhes seja garantido um espaço saudável e acolhedor para a apresentação e reflexão sobre as suas ideias e escolhas. Tendo isso em vista, o problema de pesquisa, delimitado no presente trabalho, é o seguinte: como alunos/as do ensino médio percebem as questões de gênero, sexualidade e diversidade dentro da escola?

É discutido por Paula (2016, p. 41) que, "a tentativa de cultivar a inocência dos/as jovens, na verdade, cultiva a ignorância". A ideia é que as escolas possam promover debates, discussões e se comprometam a gerar questionamentos e conhecimentos com base em uma educação igualitária, sem julgamentos e críticas em relação à diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais. Auxiliando, assim, na construção do respeito, da

representatividade e buscando sempre desconstruir os espaços e práticas opressoras e discriminatórias.

Além de gerar debates quanto a temas considerados polêmicos e pouco visibilizados publicamente, é preciso que exista um maior envolvimento e comprometimento em construir ambientes em que a voz dos/as alunos/as seja respeitada. Isso se torna válido e positivo, pois colabora na promoção de espaços em que os/as estudantes possam expressar suas opiniões, ideias, além de lhes proporcionar orientações a respeito de suas dúvidas, seus questionamentos e entrar em contato com diferentes posicionamentos, de modo saudável e educativo.

No contexto acadêmico atualmente, há um aumento de discussões e produções (Almeida & Nogueira, 2011; Holanda, 2016; Madureira & Branco, 2015; Paula, 2016) que buscam entender o que os pais, os/as professores/as, os políticos, os/as psicólogos/as escolares pensam e acreditam que deva ser trabalhado dentro das escolas. Mas é importante que os/as alunos/as sejam ouvidos, visto que os grandes beneficiados/as serão eles/as. Levando em consideração que os conhecimentos e as aulas serão destinados aos/as estudantes, é válido então que estes/estas possam ser ouvidos/as.

Propiciar ambientes respeitosos e saudáveis para que os/as alunos/as sintam-se confortáveis para expressar suas queixas, suas vivências, para que se possa construir um currículo escolar mais heterogêneo, diversificado, que seja condizente com as vivências dos/as alunos/as. E, a partir de tais mudanças, será possível perceber o efeito multiplicador desses conhecimentos, dessas discussões dentro das casas, com os pais, com os/as amigos/as, junto à comunidade.

Poucas pesquisas são produzidas com base na visão dos/as alunos/as, tendo visto a importância desse tema na formação crítica e social, tanto no ambiente escolar, como para a vida. Considerando tal relevância, Marques e Castanho (2011) realizaram uma pesquisa

voltada para os/as alunos/as, buscando entender o sentido que eles/as atribuem à escola. Uma conclusão importante dessa pesquisa, é a contradição encontrada na fala dos/as alunos/as referente à visão geral da escola e de sua finalidade.

De forma mais específica, os participantes evidenciaram, em sua maioria, insatisfação com a instituição, mas ao mesmo tempo trazem como sua finalidade maior o aprendizado, um ambiente que possa contribuir para melhorar suas condições de vida. Como Marques e Castanho (2011) afirmam, há esse contraste entre “a escola que não serve para nada e a escola que salva” (p. 28).

É a partir de pesquisas como essa, que evidenciam a “voz” dos/as alunos/as, seus posicionamentos e críticas sobre vários temas importantes, que contribuem na formação de cidadãos/ãs. É através de estudos acadêmicos, tal como este, que será possível contribuir para a construção de espaços favoráveis ao desenvolvimento de alunos/as mais conscientes, que respeitem e aceitem as diferenças, que não vejam na identidade de gênero, na orientação sexual do outro, como um empecilho para a sua valorização como ser humano, como alguém que merece total respeito.

Serão apresentados, a seguir, os objetivos, geral e específicos, da pesquisa. Posteriormente, será apresentada a fundamentação teórica da Monografia. Em seguida será retratada a descrição metodológica da pesquisa, logo após, serão apresentados e discutidos os resultados das entrevistas com os/as alunos/as e, então, a seção destinada à apresentação das considerações finais. Ao final, serão apresentados os elementos pós-textuais, sendo eles: as referências bibliográficas e os anexos.

Objetivo geral

- Analisar os posicionamentos e opiniões de alunos/as, em relação às questões de gênero, sexualidade e diversidade no contexto escolar.

Objetivos específicos

- Compreender, a partir da fala de alunos/as, seus posicionamentos, crenças e práticas frente aos discursos da escola em relação ao gênero, à sexualidade e à diversidade.
- Identificar e analisar sugestões que os alunos/as possam apresentar para aprimorar a forma como a escola deve lidar com as questões de gênero, sexualidade e diversidade.

1. A Escola e seu Papel Transformador

A escola é uma instituição de extrema importância que oportuniza o crescimento, o desenvolvimento psicológico e social do indivíduo. Madureira (2013) discute que, dentro do contexto das sociedades letradas na atualidade, essa é uma instituição de relevância significativa na formação das novas gerações. Uma parte importante do tempo passado, enquanto criança e adolescente, é dentro das escolas, convivendo com colegas, professores/as, profissionais em diferentes funções, sendo assim, como instituição social, a escola pode apresentar orientações aos/as alunos/as em relação a diversos aspectos da vida, nos variados contextos e conteúdos abordados em sala de aula.

Nesse período de escolarização, ocorre a exposição a diferentes tipos de pessoas, ações, aprendizados de como agir ou não em determinadas situações e isso acaba por refletir, muitas vezes, na forma como tratamos os outros em diversos contextos. Madureira (2013) discute que questões sociais de desigualdade relacionadas ao gênero, raça, orientação sexual são refletidas no ambiente escolar cotidianamente, isso acontece por ser um ambiente nada homogêneo, e sim com diferenças sociais, étnicas, religiosas, e etc. Deve-se refletir quanto ao uso desse termo e dessa prática "igualitária" e sem distinção, no sentido de termos a consciência de que as pessoas não são iguais, existe em cada uma delas, suas particularidades e isso deve ser levado em consideração também dentro das escolas.

A chave para essa reflexão é o conceito de equidade. A sua definição é abordada no trabalho de Barros e Sousa (2016, p.11) como sendo um "elemento de diferença dentro do espaço da cidadania, que é um espaço de igualdade". A escola expressa, frequentemente, a expectativa de padronizar os/as alunos/as, quando, na verdade, e tendo por base a discussão desenvolvida por Gusmão (2003), a questão é a de que, sabendo que os/as alunos/as são diferentes, é válido poder valorizar essas diferenças, fazer desses diversos contextos culturais,

linguísticos, vivenciais, étnico-raciais, uma oportunidade significativa de apropriação de novos conhecimentos, de benefícios educacionais e sociais.

Quanto a isso, a autora problematiza que, no contexto escolar, os/as alunos/as são “encaixados/as” na mesma categoria genérica “aluno”, deixando de lado as diferenças que os fazem serem pessoas únicas, não valorizando as diferenças culturais, sociais, sexuais e étnicas. Em relação a essa problemática, uma reflexão importante trazida por Madureira (2013) é em relação ao quanto a escola pode promover discussões que estimulem a consciência crítica dos/as alunos/as, oferecendo a eles/as um espaço saudável para refletirem de modo individualizado sobre a sua vida e a sociedade em que estão inseridos/as.

A escola pode se tornar um local de crescimento e aprendizado para diferentes contextos da vida, ultrapassando seus muros físicos e simbólicos, que a separam da vida que há do “outro lado”. Para Gusmão (2003), a escola é um espaço sociocultural e que, para além de um lugar de socialização, é também um ambiente capaz de proporcionar “encontros e desencontros, de buscas e de perdas, de descobertas e de encobrimentos, de vida e de negação da vida” (p.18).

Levando em consideração toda a diversidade e heterogeneidade que a escola pode proporcionar através, principalmente, do conhecimento, Junqueira (2009) traz em seu capítulo, uma análise de estratégias discursivas empregadas por agentes públicos mediante a promoção do reconhecimento da diversidade sexual na escola. O autor apresenta alguns questionamentos que nos ajudam a direcionar de forma bastante reflexiva toda a discussão aqui proposta.

Que educação seria essa se estudássemos apenas o que supomos ter diante de nós?
(...) Se lhes falamos somente sobre coisas e seres existentes em nossa realidade imediata, por que lhes falamos de “esquimós”, tigres de dente de sabre, sereias ou

Atlântida? A escola é um ambiente suficientemente seguro para que sujeitos sexualmente dissidentes “saíam do armário” e afirmem-se publicamente enquanto tais? (...) Mesmo em caso de uma improvável inexistência de lésbicas e gays na escola, uma educação voltada para a promoção da cidadania não exigiria a elaboração de currículos mais abrangentes e o ensino de valores e práticas sociais acolhedoras de alteridades não notadas? (Junqueira, 2009, p. 387).

Temos aqui reflexões que nos levam a pensar o quanto a escola tem um papel importante, com todos seus atores, como, por exemplo: a direção da instituição, os/as professores/as em sala de aula e a família dentro de casa. E é por meio desta interrelação entre cada um desses setores da comunidade escolar, que se pode promover ações que visem estimular nos/as alunos/as reflexões sobre a valorização da diversidade, seja ela sexual, racial, econômica, religiosa, buscando sempre combater a discriminação e o preconceito.

Diversos/as autores/as, como, por exemplo, Almeida e Nogueira (2011); Junqueira (2009/2010); Madureira (2013); Madureira e Branco (2015) e Moreira e Câmara (2008) destacam, em suas pesquisas e estudos, a importância de escolas abertas e dispostas para promover discussões que abarquem assuntos referentes a preconceitos, diversidades, respeito, *bullying*, gravidez na adolescência, racismo, sexualidade, gênero e tantos outros assuntos considerados “tabus”.

Ao entrar em contato com situações desconfortáveis e temas delicados, deve haver uma abordagem da escola para intermediar de forma correta e que não gere desconforto ao/a aluno/a. Ao receberem a devida orientação, amparo e cuidado de seus/suas professores/as, os/as estudantes podem conseguir transformar suas experiências, antes consideradas “problemáticas”, em algo enriquecedor e positivo para suas vidas, tanto no âmbito escolar como também em outros contextos sociais em que estão/as inseridos/as.

Tendo isso em vista, é papel fundamental da escola poder colaborar com a promoção do desenvolvimento intelectual, emocional e social de alunos/as, deixando, assim, em evidência a função transformadora que essa importante instituição social carrega. Nesse sentido, Madureira (2013, p. 57) afirma que a "escola pode, sim, ser um espaço de valorização da diversidade, de promoção de uma cultura de paz, um espaço voltado ao desenvolvimento, aprendizado e saúde psicológica das pessoas".

Como nas sociedades contemporâneas letradas, é a escola a instituição social responsável por transmitir as novas gerações, conhecimentos científicos, ancorados nas ciências naturais e humanas. É significativo pensar na escola como ambiente capaz de promover conhecimento científico e social, no sentido de aprender a lidar com as adversidades, respeitar o espaço e opinião do outro, mesmo que divergindo da sua.

Para além, e juntamente com outros contextos educativos, é esperado que a escola também possa promover o desenvolvimento do pensamento crítico e de habilidades que se façam importantes dentro do contexto em que o indivíduo está inserido. Seja para desempenhar atividades na vida pessoal ou em trabalhos demandados, no ambiente profissional. Um exemplo válido e bastante real dessas habilidades esperadas, é a de que o indivíduo consiga ler e compreender o que está lendo, resultando assim no bom aproveitamento e execução de seu trabalho ou atividade profissional demandada.

A forma como o indivíduo passa a tratar os outros no decorrer da vida, vem, em parte, de como isso foi vivenciado no período escolar. Almeida e Nogueira (2011) apontam a escola como um importante e privilegiado espaço para discussões e para o planejamento de trabalhos que envolvam assuntos como identidades sociais, igualdade entre gêneros e diversidade sexual. Os autores debatem sobre a importância de atividades em sala de aula que possam desenvolver discussões relacionadas à problemática da homofobia, tendo em vista

que isso pode colaborar no enfrentamento do preconceito existente em relação a assuntos como esse.

De forma complementar a essa contribuição da escola, Junqueira (2010) discute que a rotina escolar contribui, de modo bastante significativo, para que se possa perceber a maneira como as normas de gênero são vivenciadas pelas pessoas. A partir da discussão desenvolvida pelo autor, é possível perceber e analisar como as relações dentro e fora do ambiente escolar estão interligadas e geram contribuições, como, por exemplo, na promoção da valorização das diversidades, identificando-as como uma riqueza em termos pedagógicos e não um problema a ser enfrentado e superado (Junqueira, 2010; Madureira & Branco, 2015).

O/a aluno/a é um ser multifacetado, no sentido de que, todo e qualquer contato, aprendizado que ele/a tenha em um de seus contextos relacionais, como, por exemplo, o contexto familiar ou entre amigos, mesmo havendo distinções entre esses contextos, é perceptível que, por vezes, ensinamentos, vivências, discursos são trazidos e reproduzidos. O que ele/a aprende, vê e pratica em casa, é, muitas vezes, reproduzido na escola, na rua, e vice-versa.

É significativo pensar na escola, como uma instituição social que traz em si um importante papel transformador, capaz de promover pensamentos críticos e respeitosos em seus/suas alunos/as. Oportunizando a eles/as a aquisição de uma educação que lhes favoreça a autonomia, alcance de melhores condições e oportunidades de vida, promovendo um olhar crítico e responsável frente às suas vivências e contextos nos quais estão inseridos/as (Lionço & Diniz, 2008; Moreira & Câmara, 2008; Paula, 2016).

A escola atua como um importante agente responsável por transmitir os conhecimentos produzidos pela humanidade e, assim, evidenciar o que se tem de positivo culturalmente e encontrar estratégias pedagógicas que possam facilitar o desenvolvimento psicológico e moral com o auxílio e participação da família (Cavalcante & Silva, 2012). Para

esses autores, é importante que haja no decorrer dos processos educacionais, uma interação efetiva da família juntamente com a escola, pois isso acaba por contribuir no desenvolvimento e qualidade da formação da criança e do/a adolescente.

Em complemento à essa ideia, Szymanski (2007) apresenta como objetivo comum, dessas duas instituições, poder preparar seus/suas filhos/as, alunos/as para a integração na sociedade, o desempenho de atividades e papéis que conduzam a essa inserção. Promover a discussão de temas como gênero, sexualidade e diversidade nas escolas é uma tarefa que exige tempo e sensibilidade para encontrar a melhor forma de tratar esses assuntos com os/as alunos/as, e por isso é importante envolver também a família nesse diálogo, sendo que a junção de família e escola pode contribuir na formação de cidadãos/ãs reflexivos e críticos. Visto que os familiares, frequentemente, correspondem à principal rede de apoio das crianças e adolescentes, em quem buscam exemplos e ensinamentos.

Paula (2016) em sua pesquisa, com psicólogos/as escolares de escolas públicas do Distrito Federal, tinha como objetivo analisar as crenças deles/as sobre questões de gênero, sexualidade e diversidade no contexto escolar. A autora apresenta em seu trabalho, a importância que esses/as profissionais expressavam em suas falas a respeito de promover projetos de intervenção dentro da escola, que abordassem essas questões tanto de forma coletiva quanto mais individualizada.

Tendo em vista a pesquisa de Paula (2016) e seus resultados, um importante ponto pretendido por essa pesquisa, é o de apresentar dados, transmitir conhecimentos e destacar a importância das escolas possibilitarem e promoverem mais discussões com seus/as alunos/as acerca de assuntos, como gênero e diversidade. Indo também de encontro as tentativas de enfrentamento referentes a situações de LGBTfobia, sexismo, racismo, exclusões dentro do ambiente escolar, e evidenciando o quanto esses projetos podem ultrapassar os "muros" da

escola e influenciar positivamente no desenvolvimento e convívio em outros ambientes nos quais esses/as alunos/as estejam inseridos/as.

É o caso de pesquisas, como, por exemplo, a de Carvalho (2008) que contribui na reflexão acerca do gênero no contexto escolar, a interferência ou não que isso pode causar no processo ensino-aprendizagem de meninos e meninas; Barreto (2016) que discutiu a respeito do papel da escola na construção de diferentes identidades sociais, pela perspectiva de alunos/as e Holanda (2016) que investigou a vivência de professores/as no processo de criação e manutenção de projetos pedagógicos promotores da igualdade de gênero.

Como discutido nas pesquisas citadas anteriormente, é inevitável que dentro da escola, alunos/as e professores/as entrem em contato cotidiano com questões relacionadas a gênero, sexualidade e diversidade. Ainda mais, porque muitas aparecem como um reflexo do que foi/é vivenciado fora do ambiente escolar. A escola é um ambiente capaz de proporcionar o contato com várias pessoas, vivências, valores e cultura. Porém, muitas vezes, pode ser um ambiente hostil pela intolerância de alguns/as alunos/as, que não aceitam e não respeitam a diferença do próximo, àquelas não lhes agradam as opiniões, o modo de se portar, falar, agir, suas origens, religião, raça, etnia, classe social.

Em seu trabalho, Gusmão (2003, p.21) destaca como ponto importante a tarefa de conseguir no "cotidiano superar a discriminação e a exclusão social presentes no contexto social e intensamente reproduzido na escola". Partindo desses pontos, é fundamental tornar a escola uma grande aliada, que para além dos conhecimentos científicos, que seus agentes, tanto professores/as, quanto coordenação também possam colocar em evidência o potencial transformador que há na educação escolar. E isso se concretiza, através do acompanhamento e da assistência aos/as alunos/as, fazendo articulações entre conhecimentos cotidianos, ligados à formação para a cidadania, a promoção da autonomia de pensamentos e ações.

Podendo oferecer às crianças e adolescentes um espaço mais acolhedor, que estima e valoriza os anseios deles/delas, de suas questões, características e escolhas.

Essa ideia segue a mesma linha que a pesquisa de Marques e Castanho (2011), quanto à importância de se valorizar o/a aluno/a e suas opiniões, proporcionar espaços propícios às falas deles/as, trazendo contribuições significativas não só para o desenvolvimento intelectual. É um fator que se estende também para confiança e respeito às diferentes opiniões, vivências e maior autonomia, que como discutido por Deci e Flaste (1998), se faz através do fornecimento e apoio às escolhas, isso significa “permitir que os indivíduos, (...), participem da tomada de decisões que dizem respeito somente a eles, e em parte compartilhar a tomada de decisão com o grupo como um todo” (p.140).

É retratado pelos autores, através de diferentes pesquisas realizadas (Deci & Flaste, 1998), que é vantajoso permitir que indivíduos façam escolhas, pois colocar em prática escolhas feitas por eles, contribui para um maior nível de qualidade de produção, aumentando a motivação intrínseca das pessoas, ficando assim mais motivadas e comprometidas com o que foi escolhido por elas. Pensando no contexto escolar, possibilitar que os/as alunos/as aprendam a fazer suas próprias escolhas, a irem atrás do que querem, de se posicionarem, faz com que o desenvolvimento do pensamento crítico e da responsabilidade social favoreçam suas interações sociais no cotidiano.

2. Processos Identitários, Sexualidade e Diversidade no Contexto Escolar

Nos últimos tempos, o Brasil vem sendo palco de avanços relacionados aos direitos das minorias sociais, um ganho de maior visibilidade para suas reivindicações por garantia de direitos, como, por exemplo, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, aumento da representatividade da população LGBT nas mídias sociais e na televisão.⁹

Por mais que esta atual situação estimule o nosso otimismo em relação a transformações sociais importantes, ainda existe um longo caminho a ser percorrido. Crimes, preconceitos e discriminações que envolvem um alto nível de violência e intolerância de gênero, sexual, racial, religiosa, econômica ainda crescem no país. A seguir serão apresentadas algumas pesquisas recentes realizadas no Brasil, que expressam uma triste realidade advinda de um complexo processo de naturalização da violência e insensibilidade à diferença ainda existente na sociedade brasileira.

Alguns dados significativos divulgados pelo Atlas da Violência 2018¹⁰, produzido pelo Ipea e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), trazem que, nos últimos dez anos, o número de homicídios de pessoas não negras diminuiu 6,8%, enquanto a da população negra aumentou 23,1%. Em 2016 a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16% contra 40,2%). Em relação ao homicídio de mulheres, em 2016 foram 4.645 mortes no país, em dez anos observou-se um aumento de 6,4%. Entre mulheres negras e não negras há uma diferença de 71% na taxa de mortes, sendo mais significativa das mulheres negras.

⁹ Em relação a esse aumento de visibilidade, temos exemplos, como: a novela da Rede Globo, "A força do Querer", transmitida no horário nobre, contando a história de um jovem transgênero, mostrando todo seu processo de auto aceitação e da família e amigos, sua transformação física, dificuldades e preconceitos pela qual as pessoas nessa condição, estão, infelizmente, submetidas. Na música, temos a Pablo Vittar, uma drag queen que foi aos poucos ganhando espaço, buscando mostrar seu talento, para além do seu modo de vestir e de ser.

¹⁰ Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia-2018/>

O Ministério dos Direitos Humanos (MDH) ¹¹ expôs um balanço do Ligue 180, a Central de Atendimento à Mulher, entre janeiro e julho de 2018. Houve um registro de 27 feminicídios, 51 homicídios, 547 tentativas de feminicídios e 118 tentativas de homicídios. Os relatos de violência foram de 79.661, tendo 37.396 de violência física e 26.527 de violência psicológica. Dentre essas ocorrências de violência, 63.116 foram domésticas.

Em se tratando do atual cenário de desigualdades entre homens e mulheres no Brasil, a pesquisa realizada pelo IBGE¹², intitulada “Estatísticas de gênero – Indicadores sociais das mulheres no Brasil”, publicada em março do ano de 2018, apresenta uma compilação de dados produzidos pelo instituto no decorrer dos últimos anos. A pesquisa aponta que as mulheres, mesmo com escolaridade maior que a dos homens, ainda recebem salário mensal menor que o deles, mais precisamente 23.5% mais baixo, sendo R\$ 2.234 contra R\$ 1.764. Assim como, recebem menos, as mulheres também ocupam menos cargos de liderança, apenas 37,8%.

Como bem destacado em uma reportagem no site do jornal O Globo¹³, o artigo 461 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) expressa que trabalhadores/as devem ter o mesmo salário quando exercem a mesma função, mas como apresentado nas pesquisas mencionadas anteriormente, não é o que acontece. Esta mesma reportagem do jornal O Globo, traz dados referentes à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Trimestral, realizada pelo IBGE no ano de 2017, e apresenta que em média, as mulheres ganham 75,4% do que os homens ganham.

¹¹ Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/agosto/ligue-180-recebe-e-encaminha-denuncias-de-violencia-contra-as-mulheres>

¹² Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=notas-tecnicas>

¹³ Disponível em: oglobo.globo.com/economia/mulheres-ganham-ate-38-menos-que-homens-na-mesma-funcao-22466944

Em 2017, o Fórum Econômico Mundial ¹⁴ trouxe um dado alarmante, informação também apresentada na reportagem do jornal O Globo, o de que essa igualdade salarial ainda está longe de acontecer. Serão necessários 217 anos para que as mulheres ganhem o mesmo salário que os homens. Este é um dado bastante preocupante, em nível tanto social quanto cultural, no sentido de se pensar na problemática que é estarmos deixando de “legado”, para as próximas gerações, uma cultura naturalizada nas desigualdades entre homens e mulheres.

Em relação à violência proferida contra a comunidade LGBT, temos o triste fato de que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais, e também o que mais consome conteúdo pornográfico, divulgado no site do Catraca Livre ¹⁵ e também discutido por Fonseca (2018). Para tentar entender melhor o porquê destes dados fazerem parte da realidade brasileira e serem tão contraditórios, é preciso primeiro entender o modo como dois fatores, sendo eles, escola e prostituição, estão presentes e são vivenciados na vida das pessoas trans.

Como discutido por Fonseca (2018); Franco e Cicillini (2015) e Junqueira (2010), o período escolar para muitas das pessoas trans é uma experiência extremamente adoecedora e cruel. Isso fica evidenciado na pesquisa realizada por Junqueira (2010), quando discorre sobre o preconceito e a violência que há nas escolas em consequência das diversificações de discriminação que são dirigidas às pessoas LGBT, e piorando contra travestis e transexuais. A pesquisa de Franco e Cicillini (2015) ratifica o conteúdo do estudo de Junqueira (2010) ao entrevistar professoras trans brasileiras que contaram sobre o seu processo de escolarização. O discurso de todas as participantes esteve repleto de experiências dolorosas, em que tiveram de enfrentar e resistir a todo tipo de preconceito, discriminação, violências físicas e verbais, que as acompanharam da educação básica até a atuação docente.

¹⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/mulheres-ganham-ate-38-menos-que-homens-na-mesma-funcao-22466944>

¹⁵ Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/brasil-e-o-pais-que-mais-procura-por-pornografia-trans-no-redtube/>

Em relação à escola, como instituição social importante, é possível perceber através dessas pesquisas citadas, o quanto transexuais e travestis são marcados pela transfobia explícita dentro do contexto escolar e este triste cenário acaba afastando esses grupos de espaços sociais onde todos deveriam frequentar, independentemente de qualquer orientação sexual. E é por conta dessa marginalização e desvalorização sofrida, que muitos/as encontram como único meio de sobrevivência: a prostituição.

O caminho para a prostituição acontece muito em razão de dificuldades encontradas, em virtude do ambiente hostil e preconceituoso vivenciado por eles/as, quando tentam estudar e/ou conseguir emprego, e juntamente com isso, ter que lidar com o abandono familiar que muitos/as sofrem. Porém, é válido ressaltar que muitos/as expressam não gostar ou se sentirem à vontade desempenhando esse papel na sociedade. Devido a esse cenário de prostituição como sustento para a vida deles/as, acaba sendo naturalizado na sociedade brasileira uma forte associação entre travestis/transexuais e prostituição (Fonseca, 2018; Peres, 2009).

Em decorrência dessa realidade preconceituosa e violenta presente na vida de pessoas trans, um levantamento realizado pelo site *Catraca Livre*¹⁶, é surpreendente. Publicado em 2016, a pesquisa sobre conteúdos pornográficos, revela que o Brasil é o país que mais consome pornografia com a temática relacionada a transexuais. O motivo pelo qual esse levantamento é inesperado, deve-se aos seguintes dados. O relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB)¹⁷, aponta em seu levantamento anual que no ano de 2017 foram 445 mortes de LGBTs, um número com mais assassinatos comparado à quando começaram a pesquisa em 2000, com 130 mortes.

¹⁶ Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/brasil-e-o-pais-que-mais-procura-por-pornografia-trans-no-redtube/>

¹⁷ Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>

Cabe mencionar também que a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)¹⁸, ao perceber o quanto é baixa a visibilidade e divulgação referentes a esses grupos, passou a pesquisar e produzir um mapa de assassinatos de travestis e transexuais, o primeiro estudo foi em 2017. Como não há no Brasil dados oficiais referentes aos assassinatos, o levantamento da associação é feito através de matérias de jornais e mídias veiculadas na internet e de grupos específicos que publicam e também de envios de redes filiadas à ANTRA.

Uma reportagem divulgada em junho de 2017, pelo jornal do Senado Federal¹⁹, apresenta uma triste informação em relação a vida de pessoas trans e travestis e toda a violência dirigida contra esse grupo. A média de vida das travestis e das mulheres trans é de 35 anos, enquanto isso, dados recentes divulgados pelo IBGE²⁰, anunciam que a expectativa de vida dos/as brasileiros/as está em 75,8 anos. Temos aqui uma expressiva diferença de mais da metade em anos de vida, e infelizmente, essa interrupção na vida de milhares de trans e travestis é advinda de muita violência explícita e cruel.

De acordo com a pesquisa realizada pela ANTRA²¹, 90% da população travestis e transexuais fazem da prostituição sua fonte de renda. Isso se dá devido à dificuldade em se inserirem na vida escolar, profissional, serem expulsas cedo de casa, não receberem apoio social (Fonseca ,2018; Franco & Cicillini, 2015). Em se tratando da dificuldade em ingressar em permanecer no ambiente escolar, Junqueira (2010) discute um empecilho, infelizmente, vivenciado por muitas pessoas trans e travestis, que é o uso do banheiro, e como dito pelo autor “quem não pode ir ao banheiro não pode permanecer na escola” (p. 223). É expressado

¹⁸Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>

¹⁹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>

²⁰ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18469-expectativa-de-vida-do-brasileiro-sobe-para-75-8-anos>

²¹ Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>

em seu trabalho, o quanto essas pessoas sofrem para terem acesso a um espaço que é comum e importante na vida de qualquer ser humano.

Isso ocorre pois é tratado de modo discriminador e preconceituoso, por parte de muitos/as alunos/as e até mesmo professores/as, que indivíduos utilizem banheiros que não estejam de acordo com sua identidade de gênero. É citado por Peres (2009) que, por vezes, essas pessoas trans e travestis acabam se tornando vítimas frequentes de agressões e estupros dentro do banheiro masculino.

Referente à raça e gênero, é apresentado pela ANTRA, que em 80% dos casos são contra pessoas negras e pardas, e 94% mortes de pessoas do gênero feminino. Quanto à forma como ocorreu o assassinato, é demonstrado no mapa produzido pela ANTRA, que em 85% dos casos, os agressores utilizaram de alto nível de crueldade por meio de agressão física, tortura, espancamento, facadas, esquarteramento, afogamento e tantas outras formas de violência.

No artigo de Franco e Cicillini (2015), é apresentada uma pesquisa que, em seus termos metodológicos se configurou através de análises de fontes bibliográficas e documentais, entrevistas e questionários com professoras trans brasileiras sobre seus processos de escolarização e inserção na docência. Os discursos das participantes são carregados de relatos de muita violência vivenciada, sofrimento, contato com a repulsa e intolerância do outro. Quando perguntado a uma das entrevistadas se a escola é um ambiente hostil para as travestis, ela respondeu: “*Muito. Muito. Muito. Muito cruel*” (p. 334).

Uma outra professora relatou sobre situações pelas quais passou enquanto estava na escola, no ensino fundamental: “*Você está levando esse murro por ser mulherzinha, tem que ser homem*” (p. 338). E no ensino médio: “*os meninos abaixavam as calças no meio do corredor para demonstrar os órgãos sexuais, (...) me batiam na hora do intervalo, me*

xingavam de “veadinha”, me chamavam de mulherzinha, e “olha a travesti para lá, olha a travesti para cá” (p. 338).

Em princípio, pensamos que a faculdade e/ou ambiente de trabalho é um lugar de pessoas mais maduras, mais preparadas para lidar e conviver com a diversidade. Entretanto, temos a fala de uma das entrevistadas do artigo que conta um dos momentos que passou na faculdade: *“Olhares te julgando o tempo inteiro. Você percebia que a pessoa tinha até certo nojo de você. Às vezes, se eu me sentasse num lugar, a pessoa chegava a se levantar e ir para outro, como se eu fosse um poço de doenças” (p. 337).*

É possível constatar nas pesquisas, tanto da ANTRA, quanto do GGB, que há uma maior ocorrência de violência contra negros do que de não negros e dentro dos casos de feminicídio há um número maior entre mulheres negras do que não negras, e no contexto das travestis e transexuais é relatado que a violência é maior nas de gênero feminino.

Fonseca (2018) destaca em sua pesquisa, tanto na fundamentação teórica, quanto no decorrer da análise dos resultados, o triste fato de que as travestis e mulheres trans acabam se tornando um alvo mais “fácil” e recorrente de violência, devido a presença de uma menor e menos evidente “passabilidade”, termo que, como mencionado segundo Duque (2013, citado por Fonseca, 2018, p.50) refere-se a “capacidade de “passar por”, ou seja, de passar uma imagem como se você pertencesse àquele grupo, e não a outro”.

Isso significa que trans e travestis quando se caracterizam, vestem ou se comportam de modo que as características, sejam elas femininas ou masculinas, facilitem a percepção do outro quanto a distinção entre o sexo biológico da pessoa e o gênero pela qual está se fazendo passar, estas pessoas estão mais sujeitas a sofrerem preconceitos, discriminação.

E como se trata de uma sociedade com forte naturalização da violência, essa caracterização do homem como mulher, ou mesmo da completa transformação de uma pessoa que nasce homem e passa pela transição, como acontece com as mulheres trans, acaba

gerando preconceito, discriminação, violência física e verbal. E como discutido por Bento (2017) e Fonseca (2018), o que faz com que travestis e transexuais do gênero feminino tornem-se vítimas em maior número, é devido também à desvalorização existente e enraizada culturalmente do gênero feminino, ou seja, se mulheres cisgêneros já são gravemente violentadas e por vezes, desumanizadas, imagine, então, quem "se passa" por tais.

É possível perceber que ocorre uma articulação dinâmica entre múltiplos vínculos de pertencimento identitário, onde mulheres negras são mais vítimas de feminicídio do que as não negras, e que em se tratando de pessoas trans, a violência é cometida com mais frequência contra as de gênero feminino.

Fonseca (2018), tendo por base a discussão de Parker, (2000, citado por Franco & Cicillini, 2015) sobre a "sinergia de vulnerabilidade", a autora explica que "quanto mais vulneráveis socialmente em relação ao espaço de poder ocupado socialmente, maior a opressão" (p. 50). As mulheres fazem parte de um dos perfis com maior tendência para serem vítimas de violência. Além disso, temos que dentre o grupo de mulheres, as negras estão mais suscetíveis ainda, caso sejam pobres, deficientes, com uma identidade sexual que difere do socialmente estabelecido como "normal", a chance de sofrer violências, intolerâncias e desrespeito se torna cada vez maior.

Através de dados como os das pesquisas citadas anteriormente, é significativo analisar o quanto a sociedade brasileira ainda precisa encontrar estratégias que proporcionem aos seus/suas cidadãos/ãs oportunidades e ambientes que permitam um diálogo consciente e construtivo ao pensamento crítico. De modo mais específico, que isso possa refletir a respeito da cultura de violência, que vemos divulgada diariamente nos jornais, televisão, internet.

Chauí (2017), Fonseca (2018) e Karnal (2017) fazem uma discussão bastante interessante sobre a naturalização da cultura da violência presente no Brasil. Os autores discutem a respeito do mito da não violência existente no país, de modo que a explicação

para que lutas, guerras e a disseminação do ódio existam, é marcada na verdade, por uma busca pela igualdade, preservação da vida e valorização de pensamentos e ideais.

Temos, de forma bastante expressiva, através desses indicadores e de trabalhos teóricos e acadêmicos, o quanto é importante encontrar e usar de ambientes com grande potencial transformador, como, por exemplo, a escola, o ambiente familiar e/ou profissional. De modo, que auxiliem na formação de futuros cidadãos/ãs conscientes de seu papel social, generosos/as, que respeitem as diferenças do próximo e que contribuam no enfrentamento dessa cultura de violência e intolerância ainda hoje vivenciada por tantos/as brasileiros/as.

Madureira e Branco (2012) discutem a respeito da reprodução de preconceitos e discriminações no cotidiano e nas práticas institucionais, com foco especial na escola. Dentre os ambientes com potencial transformador, a escola é um dos com maior nível de influência. Isso acontece por se tratar de um espaço onde conhecimentos são transmitidos, especialmente, os conhecimentos científicos, mas que também, é formado por um alto grau de diversidade. Fazendo, assim, da escola, uma instituição social enriquecedora e promissora frente à promoção de uma cultura de paz.

Como expressado por Louro (1998, 1999, 2003 citado por Madureira & Branco, 2012) a escola constitui em um de seus papéis mais importantes, o processo de normatização do sujeito, sendo assim, torná-lo "normal", e como exposto pelas autores, esse termo merece reflexões. O que acontece é que nem todos se adequam as normas, de modo que socialmente, os "normais" recebem elogios, enquanto os "anormais" entram em contato com depreciações, práticas discriminatórias. Sendo assim, fica o seguinte questionamento: quem seriam esses ditos "normais" e "anormais"?

As identidades sociais hegemônicas se vinculam as configurações dos "normais", como, por exemplo, um homem, heterossexual, rico e branco. Enquanto isso, os "anormais" retratam concepções preconceituosas em relação as identidades sociais não hegemônicas,

como, por exemplo, pessoas homossexuais, bissexuais, mulheres, pobres, negros. A escola, enquanto instituição social, acaba sendo um espaço onde essas reproduções e distinções ocorrem diariamente. Os/as alunos/as que não correspondem a essas normas sociais, por vezes, vivenciam no ambiente escolar situações que resultam em sentimentos de inferioridade e destinando-os, ao suposto, fracasso, em decorrência de suas classificações nas identidades sociais não hegemônicas (Madureira & Branco, 2012).

Tendo em vista, essas reproduções recorrentes, é relevante que a escola, para além, de um ambiente onde se aprende conteúdos acadêmicos, como, por exemplo, português, matemática, biologia, possa também possibilitar a extensão desses conteúdos, para abranger assuntos que envolvem questões sociais relevantes, indo de encontro ao desenvolvimento de cidadãos/ãs responsáveis. Possibilitando que crianças e adolescentes, considerados o “futuro da nação”, adquiram um conhecimento que abarque e possa estimular de forma saudável e respeitosa o valor das diferenças. Que possam ter um olhar crítico frente às falas e atitudes que comprometem o direito do outro de ir e vir, de ser quem se é, sem que o medo os acompanhe.

Frente a esse reconhecimento da escola como ambiente promissor e potencializador de transformações, há um assunto que vem se estendendo ao longo dos anos de 2017 e 2018, em relação à mudança na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), isso se deve a um questionamento quanto à retirada, inclusão ou forma mais adequada de se abordar e discutir temas de gênero e sexualidade dentro da grade curricular. Como exposto no próprio site da BNCC²², constitui-se como sendo um documento que busca normatizar, definir e estabelecer os “conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica”. Norteando, assim, os currículos e propostas pedagógicas das escolas públicas e particulares em todo o Brasil.

²² Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

Como apresentado em uma reportagem do site da Folha Uol²³, no começo do mês de maio de 2018, a proposta da “Escola sem Partido” avançou para a votação na Câmara Legislativa do Distrito Federal, e defendendo a proibição do uso do termo “gênero” e da expressão “orientação sexual” em sala de aula. Com isso, muitas das discussões geraram opiniões distintas de revolta e apoio diante da alteração realizada. Houve revolta por parte de representantes e políticos religiosos, alegando que assuntos como gênero e sexualidade devem ser tratados exclusivamente pela família, que não é de responsabilidade da escola abordar tais temas, inclusive por não serem demandas do conteúdo já estabelecido para as escolas.

Como discutido anteriormente e pelo o que é discutido por Marques e Castanho (2011), a escola nas sociedades contemporâneas tem um valor bastante significativo, de preparar o indivíduo, no sentido de desenvolver habilidades, competências que se fazem importantes no contexto em que vivemos. Não se trata de classificar como mais inteligente os indivíduos escolarizados em relação aos não escolarizados, e sim tratar de questões de inclusão, de forma enriquecedora, gerando oportunidades para todos.

Devido a esse embate e por ter assumido grande proporção em relação às mudanças nos currículos da Educação Básica, surgiram a expressão “ideologia de gênero” e a proposta do Programa “Escola sem Partido”. O termo “ideologia de gênero” não é fundamentado em qualquer base teórica ou científica, não é utilizado em publicações acadêmicas em áreas como a Sociologia, Filosofia ou Psicologia.

Lemos (2017) destaca, de forma crítica, que “ideologia de gênero”, é empregado pelos grupos que se dizem contrários à essa “ideologia”, como sendo um “conjunto de ideias” construídas por grupos sociais bem definidos, visando incutir valores e crenças na sociedade,

²³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/05/escola-sem-partido-avanca-na-camara-texto-proibe-uso-do-termo-genero.shtml>

especialmente por meio da educação, de forma perniciososa e insidiosa” (p.55). Para o autor, os críticos da inclusão da discussão de gênero dentro do contexto escolar, utilizam o termo ideologia de forma pejorativa e desqualificadora.

A partir do que foi abordado pelo autor em questão, é possível refletir sobre o perfil desses grupos que são contrários a discussão de assuntos como gênero e sexualidade nas escolas. São indivíduos que se identificam com valores conservadores, que trazem em seus ideais o desejo de deixar as relações como estão, conservando, assim, o *status quo*. Tendo como referência a forma como se organizam esses grupos, é possível entender o porquê de tratarem “ideologia” de forma depreciativa em relação à “permitir” que professores/as possam promover, juntamente com seus/suas alunos/as, discussões relacionadas a gênero, sexualidade e diversidade.

Madureira, Barreto e Paula (2018) discutem o movimento “Escola sem Partido”, a partir de uma criteriosa análise do projeto de lei, expressam relevantes críticas, como a de que se “trata de uma violação à liberdade de expressão e de cerceamento do direito que os alunos/as têm de aprender” (p. 142). Toda essa resistência é baseada em concepções que acabam por impedir a promoção de questionamentos, o desenvolvimento de conhecimentos, o avanço de visões críticas e heterogêneas em relação aos/as alunos/as, frente ao que os cerca, o modo de vida e de se relacionar com os outros.

Sendo assim, é preciso analisar cautelosamente e criticamente todo esse movimento contrário a essas discussões, como, por exemplo, a implementação do Programa “Escola sem Partido”, juntamente com o emprego da suposta “ideologia de gênero”, termo utilizado por parte desses grupos conservadores, como já mencionado. A denominação “ideologia de gênero” surgiu mediante confrontos vindos de determinados setores das comunidades religiosas, que desenvolveram discursos para tentar enfraquecer e desmerecer o movimento LGBT, que luta pelo respeito aos seus direitos de poder serem representados, de forma

legítima, como qualquer outro indivíduo. Para que tenham a oportunidade de serem reconhecidos e aceitos como cidadãos/ãs merecedores/as de respeito, e não mais violentados física e verbalmente, que existam espaços para poderem ser quem são, sem que sintam medo em decorrência dos preconceitos existentes em nossa sociedade.

Lemos (2017), em seu artigo referente à problematização sobre a suposta "ideologia de gênero", afirma que os defensores do termo acreditam que essa ideologia se configura por meio de: "Tal capacidade atribuída de destruição da família e com os riscos daí advindos, firma-se então uma trincheira relativamente coesa visando deter ou barrar tais pensamentos e posturas políticas na sua influência na educação dos jovens" (p.54).

Juntamente com a mudança no currículo nacional, surgiu também uma proposta política, denominada "Escola sem Partido". É importante mencionar que o movimento "Escola sem partido" configura-se tramitando em diferentes esferas pelo país, seja em nível federal, estadual e municipal. No site do programa,²⁴ são apresentadas informações e o projeto de lei exposto para busca. Na página inicial é apresentado como definição do projeto: "Lei contra o abuso da liberdade de ensinar". É expresso no projeto de lei que o ensino está se tornando um instrumento de "doutrinação", com o objetivo de tratar de assuntos políticos, ideológicos e partidários.

O movimento "Escola sem partido", defende a concepção de que professores/as estão usando como justificativa o querer acabar com o preconceito, terem uma sociedade justa e igualitária, quando na verdade o objetivo é "fazer a cabeça" dos/as alunos/as a partir de posicionamentos pessoais deles/as. Cabe destacar que assuntos, como, por exemplo, ligados à sexualidade, a questões étnico-raciais, preconceito, desigualdades socioeconômicas, por si só já estão inseridos na vida cotidiana de cada aluno, em suas relações sociais.

²⁴ Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/>

Deixar de promover essas discussões no ambiente escolar é uma forma de perder uma oportunidade significativa de gerar entre professores/as e alunos/as uma maior e proveitosa relação que valorize e proporcione mais o diálogo. Como discutido por Madureira, Barreto e Paula (2018) "a tentativa de cultivar a "inocência" dos/as estudantes, na verdade, acaba por cultivar a ignorância". As autoras expressam que é com o conhecimento adquirido por meio do diálogo dentro da escola, que os/as alunos/as passaram a se transformar, a questionarem o que ouvem, o que veem, de modo a traduzirem esses dizeres em aprendizado.

De modo a não aproveitar o espaço escolar, como sendo um espaço que é favorável à promoção do desenvolvimento humano e também na difusão de conhecimento científicos sobre temas relevantes, como preconceito, racismo, sexualidade, gênero. (Barreto, 2016; Holanda, 2016; Paula, 2016).

É preciso ver na escola um ambiente propício e necessário para trazer à tona os temas de diversidade, sexualidade, identidade e tantos outros como racismo, intolerância religiosa. Madureira (2013) discute que, a partir da busca pela promoção de uma cultura de paz, visando o respeito, a valorização da diversidade, o preconceito e as práticas discriminatórias se tornam grandes obstáculos que devem ser enfrentados.

Como discutido por Madureira (2013), é de extrema importância que dentro das escolas haja a promoção de diálogos que produzam reflexões críticas em relação ao preconceito e às discriminações. Podendo perceber que não é uma questão apenas do outro, com influências e consequências individuais, mas sim, algo que envolve a sociedade como um todo. Isso se dá, pois aos poucos, vai se naturalizando uma cultura de violência e intolerância, onde pensar na promoção de debates e discussões acerca do preconceito e tolerância frente às diversidades, no contexto escolar, torna-se um caminho promissor na formação de cidadãos/as cada vez mais conscientes, reflexivos e respeitosos/as.

Por isso, é de extrema importância que termos como “ideologia de gênero”, que expressam uma compreensão equivocada da questão, como se existisse uma “doutrina” com o objetivo de mudar a opinião de todos/as, seja cada vez mais posta em discussão. É esperado por determinados setores da comunidade brasileira (incluindo a autora do presente trabalho), a proposta de poder construir uma sociedade mais aberta ao novo, às diferenças e com cidadãos/as conscientes e respeitosos/as em relação à diversidade existente em nosso país.

Buscando, assim, mudanças em um nível de maior abrangência que reflita na vida de todos/as, proporcionando ambientes acolhedores e capazes de promover, de forma saudável, discussões acerca dos pressupostos do Programa “Escola Sem Partido”. E juntamente com isso, discutir o porquê de determinados setores da nossa sociedade desejarem implementar o programa, sempre buscando através desses debates e discussões, questionar e problematizar a naturalização de uma cultura de violência e intolerância que vemos em nossa sociedade.

3. A Promoção do Aluno como Agente Ativo

A Psicologia Escolar vem ampliando a realização de pesquisas que possam produzir importantes conhecimentos referentes ao contexto educacional e suas potencialidades, analisando seus diferentes cenários, profissionais, alunos, vivências cotidianas. Incluindo também pesquisas no campo da Psicologia Escolar que focalizam questões ligadas à diversidade, inclusão escolar, preconceito, como, por exemplo, Almeida e Nogueira (2011); Barreto (2016); Carvalho (2008); Gusmão (2003); Fonseca(2018); Holanda (2016); Junqueira (2009/2010); Madureira e Branco (2015) e Paula (2016).

Esse aprofundamento se faz válido, no sentido de refletir quanto às contribuições que a escola possa proporcionar e o legado deixado por ela para as futuras gerações. Entretanto, a grande maioria dessas produções é destinada a ouvir os pais, os/as professores/as e a equipe gestora. Algumas dessas produções acadêmicas têm por objetivos referentes, evidenciar e promover maiores discussões e reflexões em relação à qualidade das relações no interior das comunidades escolares. Sendo assim é possível perceber o quão significantes são as relações existentes no contexto escolar, e como podem facilitar ou dificultar os processos de ensino-aprendizagem.

Da mesma forma, discussões que tratem a respeito de diversidade e educação; promoção de uma cultura de paz; discussões acerca de projetos de leis, que buscam colaborar com a construção de uma sociedade mais acolhedora, aberta e respeitável. Entretanto, é percebido a falta de pesquisas que buscam escutar as opiniões, desejos e demandas de um dos agentes fundamentais no contexto escolar: os/as alunos/as.

Mesmo que o desejo seja investir em programas educacionais e proporcionar o melhor espaço para o desenvolvimento educacional, social, crítico e reflexivo de crianças e adolescentes, é de extrema importância poder garantir, além disso, momentos para abertura e

acolhimento aos/as alunos/as. Os maiores beneficiados e/ou prejudicados em todo esse processo são eles/as, é relevante que se vejam como agentes participativos e ativos em relação ao desenvolvimento e funcionamento da escola, do ambiente familiar e da comunidade em que está inserido/a.

Tendo em vista a importância das relações existentes entre esses variados contextos que o/a aluno/a vivencia, o trabalho de Patto (2000) sobre o fracasso escolar no ensino público brasileiro contribui com reflexões de grande valia. A autora, a partir de uma detalhada análise histórica a respeito do fracasso escolar no contexto brasileiro, evidencia que até então as explicações para tal fracasso, se relacionavam com preconceitos de classe, retratando o problema para fora da escola. As produções acadêmicas vigentes apresentavam uma correlação direta linear entre pobreza e fracasso, de modo que as justificativas para o fracasso escolar de alunos advindos das classes sociais populares se davam por terem famílias desestruturadas, serem pobres. Representando, assim, um preconceito secular de preconceitos existentes no Brasil para com as pessoas pobres e suas famílias.

Entretanto, indo de maneira crítica e contrária a essas explicações, a autora mostra que na verdade, existem diversos outros fatores que são intraescolares e que contribuem para o fracasso escolar de alunos/as, em especial, os/as das classes sociais populares. Retratando que os acontecimentos dentro da escola, as relações e situações existentes nesse contexto, a forma como os/as alunos/as são tratados/as, tanto entre eles/as, como pelo corpo docente, possui uma relevante parcela de contribuição.

Tendo como base, a importância de se voltar o olhar para o que acontece dentro das escolas e buscar utilizar suas relações intraescolares como auxílio para o progresso dos/as alunos/as, o trabalho de Gusmão (2003) apresenta grandes contribuições. A autora discute que para o/a professor/a conseguir ir além do que diz o senso comum e promover mudanças tanto em suas relações de trabalho, como em sua prática educativa, é significativo que possa

ouvir o/a aluno/a, dar atenção ao que ele/a diz sobre si e os outros, de suas relações dentro e fora da escola. É através dessa escuta que o/a professor/a poderá estimular uma participação mais ativa do/a aluno/a, promovendo momentos de escuta, ambientes favoráveis e receptivos para que eles/as façam suas reflexões de modo questionador e responsável, de modo a contribuir para a sociedade em que vivem.

Tacca (2008) discute sobre a relação professor-aluno e destaca as estratégias pedagógicas como um importante e valioso meio de se promover uma interação construtiva entre esses dois grupos. A autora expressa que o foco deve estar voltado para o indivíduo que irá aprender (o/a aluno/a) e não para o conteúdo que será aprendido. De modo, que se as estratégias pedagógicas, forem pensadas e construídas objetivando, para além do desenvolvimento intelectual do/a aluno/a, poder também contribuir na otimização do pensamento crítico, do respeito ao espaço e opiniões do outro, esses aprendizados adquiridos na escola, serão refletidos em outros contextos que o/a estudante esteja inserido/a.

Aprendizados esses que possam promover nos/as alunos/as um olhar mais respeitoso, sensível e compreensivo diante de dificuldades e adversidades do outro, desconstruindo comportamentos que menosprezem a vivência de outras pessoas e buscando adquirir conhecimentos que não os/as limitem. De modo que possam refletir o que for dito a eles/as (alunos/as), sem aceitar, tomar como "verdade absoluta" e apenas reproduzindo em suas vidas, sem o devido questionamento. É relevante que os/as alunos/as possam ouvir o/a professor/a, mas acompanhado de um valioso senso crítico e reflexivo, adaptando-os aos seus valores, princípios e vivências.

A pesquisa de Marques e Castanho (2011), contribui de modo a destacar a importância do papel da escola. Relevância essa que se configura também através das relações professor/aluno e escola/família como um passo a mais na promoção de um significativo desenvolvimento do/a aluno/a, em sua formação não só como aluno/a, mas

também como cidadão/ã. A pesquisa de campo contou com alunos/as como participantes e utilizou, em termos metodológicos, análises das observações de campo, entrevistas e diferentes produções de alunos/as de 10 a 13 anos do ensino público, em Heliópolis, uma das maiores favelas de São Paulo. Essa pesquisa indicou que por mais importante e promissora que a escola possa ser, existem dificuldades encontradas no cotidiano escolar, que acabam por envolver e interferir tanto na vida do/a aluno/a, como na do/a professor/a.

Marques e Castanho (2011) destacam que a escola é uma “referência fundamental para o acesso ao mundo social, cultural e do trabalho” (p.26) na sociedade em que estamos inseridos/as. É a partir de uma participação mais ativa do/a aluno/a dentro do ambiente escolar, que o/a mesmo/a, terá a oportunidade de desenvolver sua consciência crítica, sua capacidade reflexiva frente ao que acontece ao redor dele/a e de descobrir o que pensa sobre determinados assuntos.

E que encontre no outro, não um empecilho, uma adversidade, mas sim um auxílio, uma oportunidade para se desenvolver como cidadão/ã consciente. Através de aprendizados como esses, que se busca promover a cumplicidade, proximidade, companheirismo, identificação, respeito e empatia que se fazem tão importantes no combate à violência, ao *bullying*, ao desrespeito pelas diferenças do outro, seja em termos de orientação sexual, racial, religiosa, etc.

Um ponto significativo apresentado na pesquisa, é o de que a família, independente de sua constituição e nível social, principalmente os que se encontram em situação de exclusão social, veem na escola uma oportunidade de acesso a melhores condições de vida, apesar da precariedade em que se encontram atualmente muitas das escolas, em especial, as públicas do país. Segundo a pesquisa, o ensino ainda é visto pelas famílias e pelos/as alunos/as o caminho mais importante para “vencer na vida”. Pesquisas, como a de Marques e Castanho (2011), expressam que os/as alunos/as estão abertos para o novo, para conversar e lidar com as

diferenças, aprender sobre sexualidade, identidade, mas precisam de um ambiente e orientação adequados e acolhedores.

No trabalho das autoras citadas, e com base, também, em outras pesquisas (Gusmão, 2003; Junqueira, 2010; Madureira & Branco, 2015), fica evidente o quanto ainda existem deficiências e dificuldades das escolas em tratar de assuntos como diversidade, desigualdades, preconceito, e isso acaba causando desencontros entre professores/as e alunos/as. É importante trabalhar para desenvolver estratégias de intervenção que possam aprimorar o diálogo entre a escola e seus/suas alunos/as, encontrar meios para melhorar a relação e comunicação interna dos agentes escolares, como, por exemplo entre professores/as e alunos/as; direção e professores/as.

Uma outra relação muito importante e que também deve receber a devida atenção e ser bem conduzida, tendo em vista que possui grande potencial para proporcionar o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, é a relação entre família e escola. Sendo essa uma forte relação que constrói pontes de comunicação, conduzindo assim a uma formação saudável e próspera para o/a aluno/a.

Nesse sentido, a Psicologia Escolar tem muitas contribuições para oferecer, como, por exemplo: pesquisas acadêmicas dentro e fora do contexto escolar que visem compreender e intensificar as potencialidades transformadoras que há na escola, desenvolvimento de estratégias que facilitem as relações inter e intra escolares, trazendo os posicionamentos de diferentes contextos. Evidenciando diversos argumentos e expondo, da melhor forma, métodos que favoreçam o processo de aprendizagem dos/as alunos/as, seja enquanto estão na escola, mas também projetando para o futuro e diferentes cenários em que estarão inseridos/as.

Percebe-se através dessas múltiplas relações mencionadas anteriormente, que para além dos diferentes papéis exercidos por cada uma dessas pessoas, é condizente expressar o

quanto cada um desses indivíduos, em suas diferentes gerações, inseridos em diversos contextos e tendo vivências particulares, trazem benefícios que podem ser exploradas e aprimoradas em conjunto.

Tendo isso em mente, é válido pensar na importância de se conseguir promover uma maior inclusão e aproximação entre as gerações, evidenciando que todos podem contribuir e influenciar positivamente no desenvolvimento do outro. Os mais velhos, os pais, professores/as, trazendo suas experiências, conhecimentos, vivências e os mais novos, os/as alunos/as, filhos/as destacando a relevância da inovação em termos de comportamentos e pensamentos. E, dessa forma, acabar incentivando os mais novos, sendo eles filhos/as e/ou alunos/as a perceberem o valor e importância que têm, possibilitando ambientes em que se sintam confortáveis e reconhecidos, mediante suas opiniões, pensamentos, vivências e potencialidades de transformação.

4. Metodologia

Minayo (2007, p.16) apresenta a definição de metodologia como sendo “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. A autora afirma que a metodologia inclui o método, as técnicas e também as experiências e sensibilidade do/a pesquisador/a.

Percebe-se, assim, que em um sentido mais amplo, a metodologia é mais do que um simples conjunto de técnicas. E, de modo mais específico, a metodologia qualitativa permite análises mais aprofundadas sobre os significados e posicionamentos dos/as participantes. Através da metodologia, é possível compreender de modo mais profundo e detalhado os posicionamentos do indivíduo em relação ao tema pesquisado. Minayo (2007) discute que a metodologia se configura através de técnicas, da teoria adotada, da realidade empírica investigada e com os pensamentos e hipóteses a respeito da realidade pesquisada.

De forma mais específica, a metodologia foi inspirada na epistemologia qualitativa, desenvolvida por González-Rey (1999, citado por Madureira & Branco, 2001), como sendo “um esforço na busca de formas diferentes de produção do conhecimento na Psicologia que permitam a criação teórica acerca da realidade plurideterminada, diferenciada, irregular, interativa e histórica, que representa a subjetividade humana” (p.66).

Deste modo, enquanto a pesquisa quantitativa permite a construção de análises mais amplas a respeito dos fenômenos investigados, orientando-se por meio de uma perspectiva extensiva; a pesquisa qualitativa possibilita o desenvolvimento de análises mais aprofundadas, a partir da adoção de uma perspectiva intensiva. Como explicitado por Madureira e Branco (2001), a epistemologia qualitativa tem como um de seus pontos centrais, a busca pela compreensão da realidade em sua complexidade e não mais tratá-la como algo simples, baseando-se apenas em algumas leis universais.

Minayo (2007, p. 21), aponta que a preocupação da pesquisa qualitativa é quanto ao “nível de realidade que não pode ser quantificado”. É o tipo de pesquisa que se configura através de uma investigação mais aprofundada das relações e dos fenômenos sociais, são trabalhadas questões mais particulares, muitas de cunho subjetivo que ultrapassam operacionalizações de variáveis e o enquadramento em determinadas categorias classificatórias definidas a priori.

Por se tratar de questões que não envolvem a quantificação das informações, e sim um embasamento e olhar analítico direcionados para as falas e vivências pessoais dos/as participantes, a pesquisa qualitativa acaba por exigir dos/as pesquisadores/as um olhar mais sensível e atento para as informações produzidas na pesquisa de campo.

Ao entender o modo como a metodologia que foi inspirada na epistemologia qualitativa se configura e com base nos objetivos do estudo realizado, a metodologia de investigação escolhida foi a qualitativa. De forma mais específica, utilizou-se como instrumento a entrevista, que como definido por Gaskell (2002, p. 65), tem o objetivo de “compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos”.

Optou-se por uma entrevista semiestruturada, levando em consideração tal objetivo abordado por Gaskell (2002), e pela importância de se analisar de modo mais aprofundado as opiniões, vivências e atitudes dos/as alunos/as frente às questões de gênero, sexualidade e diversidade dentro do contexto escolar em que estavam inseridos. O roteiro de entrevista foi composto por perguntas abertas que pudessem abarcar os objetivos gerais e específicos da pesquisa, de modo a propiciar espontaneidade e flexibilidade tanto para a pesquisadora, quanto para o/a pesquisado/a no decorrer da entrevista.

4.1 Participantes

Participaram da pesquisa seis alunos/as de escolas públicas e particulares da cidade de Formosa, situada no Estado de Goiás, que cursam o ensino médio, com idades entre 16 e 18 anos. Na Tabela 1, na próxima página, são apresentados os dados sociodemográficos dos/as participantes, considerando suas idades; a escola em que estudam, sendo ela pública ou particular; a série que estão cursando e sua orientação sexual, que foi exposta abertamente pelo/a participante durante a entrevista sem que fosse diretamente perguntado pela pesquisadora.

Tendo em vista as questões de sigilo em relação às identidades pessoais, os/as participantes serão referidos com nomes fictícios alusivos a alunos/as que, no ano de 2018, sofreram algum tipo de violência física ou verbal nas escolas por questões ligadas a gênero, sexualidade e/ou diversidade, e que possam ou não ter cometido suicídio. Por se tratarem de menores de idade, alguns nomes não foram publicados nas reportagens. É importante destacar que não há uma correspondência entre o gênero dos/as alunos/as participantes e os nomes fictícios escolhidos para cada um deles/as.

A escolha dos nomes fictícios foi realizada a partir dos seguintes questionamentos levantados pela pesquisadora: “se esses/as alunos/as que foram violentados/as, estudassem em escolas onde estivessem presentes o debate e o diálogo a respeito de assuntos como gênero, sexualidade e diversidade, eles/as ainda assim seriam violentados/as? Escolas com abertura para essas questões, ajudam a formar alunos/as mais conscientes e respeitosos/as frente às diferenças dos outros?”

Apesar de cinco dos/as seis participantes serem adolescentes do gênero feminino, este não foi um pré-requisito para a seleção, apenas um mero acaso. A escolha dos/as participantes aconteceu através de redes interpessoais da pesquisadora e por indicação dos/as participantes de conhecidos que poderiam se interessar em realizar a entrevista. É válido

ressaltar que por se tratar de um tema considerado polêmico por parte de certos setores da nossa sociedade, era esperado pela pesquisadora e sua professora orientadora, que os/as alunos/as que se dispusessem a participar da pesquisa seriam aqueles/as que se sentissem confortáveis em conversar abertamente sobre gênero, sexualidade e diversidade.

Tabela 1
Dados sociodemográficos dos/as participantes

Nome (Fictício)	Idade	Escola	Série (E.M.)	Gênero dos/as participantes	Orientação Sexual exposta abertamente pelo/a participante
N. H. ²⁵	17	Pública	3º ano	Feminino	Lésbica
Tyrone ²⁶	17	Pública	2º ano	Feminino	Heterossexual
Isaac Victor ²⁷	18	Pública	3º ano	Masculino	Gay
N. D. ²⁸	16	Particular	1º ano	Feminino	Lésbica
Roliver ²⁹	17	Particular	2º ano	Feminino	Heterossexual
Lorena ³⁰	16	Pública	1º ano	Feminino	Heterossexual

²⁵ Menino de 12 anos, sofria bullying homofóbico. Cometeu suicídio dentro da escola, se jogou do terceiro andar do prédio. Disponível em: <https://revistaladoa.com.br/2018/05/noticias/vitima-de-bullying-homofobico-crianca-comete-suicidio-em-minas-gerais/>

²⁶ Menino de 13 anos, cometeu suicídio após sofrer bullying homofóbico desde os 5 anos. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/11/menino-de-13-anos-vitima-de-bullying-homofobico-comete-suicidio.html>

²⁷ Aluno trans de 15 anos, agredido na escola por colegas, chamado de "afeminado" e não tem o nome social respeitado. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/estudantes-fazem-protesto-contrapreconceito-sofrido-por-colega-trans-em-colegio-de-maceio.ghtml>

²⁸ Aluno de 8 anos, agredido fisicamente e insultado pelos colegas com nomes racistas. Nome da criança não divulgado. Disponível em: <http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/geral/joinville/noticia/2018/07/conselho-tutelar-acompanha-caso-de-agressao-contracrianca-na-saida-de-escola-em-mafra-10498691.html>

²⁹ Menino de 12 anos, cometeu suicídio após ser constantemente chamado pelos colegas de "gay", "bicha", "gordinho". Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2012/03/02/estudante-de-12-anos-comete-suicidio-em-vitoria-apos-sofrer-bullying-na-escola.htm>

³⁰ Aluna de 12 anos, agredida verbalmente pelos colegas com insultos racistas. Aluna deu os nomes dos alunos agressores para a diretora. Após alguns dias, os alunos souberam da denúncia de Lorena e aumentaram as agressões. Diretora "entreviu" dizendo para ela pedir desculpas aos alunos e a mudou de turma alegando não ter havido adaptação. Disponível em: <https://pt.globalvoices.org/2015/05/06/brasil-vitima-de-racismo-em-escola-menina-e-obrigada-a-pedir-desculpas-aos-agressores/>

4.2 Materiais e instrumentos

Para realização desta pesquisa, foram utilizados como materiais: um celular para gravação das entrevistas, um *tablet* para apresentação das imagens previamente selecionadas aos/as participantes e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) impresso para alunos/as maiores de idade (Anexo A), para os/as responsáveis legais pelos/as alunos/as menores de idade (Anexo B), e o Termo de Assentimento para os/as alunos/as menores de idade (Anexo C). Todos os termos foram disponibilizados em duas vias, uma para o/a participante e outra para a pesquisadora.

Os instrumentos utilizados foram um roteiro de entrevista semiestruturada (Anexo E), juntamente com imagens previamente selecionadas (Anexo F).

4.3 Procedimentos de construção das informações

Para a construção de informações na pesquisa de campo, foi utilizada uma metodologia qualitativa, em razão de se facilitar a compreensão aprofundada das crenças, valores e experiências dos/as participantes. De forma mais específica, foi utilizado como instrumento a entrevista semiestruturada.

A escolha da entrevista semiestruturada, ocorreu devido ao fato de que tal instrumento permite à pesquisadora e aos/às participantes uma maior flexibilidade para responder as perguntas estabelecidas e promover uma interação para caminhos não definidos de forma rígida, gerando, assim, o aprofundamento em relação a conteúdos significativos. Para Minayo (2007), é importante que o/a pesquisador/a esteja bem inteirado acerca do tema a ser investigado, utilizando técnicas que promovam conexões consistentes entre teoria e prática.

O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado (Anexo D) pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), antes de dar início à pesquisa de

campo. As entrevistas foram marcadas em locais e horários escolhidos pelos/as participantes. Cinco das seis entrevistas foram realizadas na casa dos/as participantes, apenas um dos adolescentes preferiu que a pesquisa acontecesse em um parque da cidade.

No Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi entregue aos/às participantes antes das entrevistas começarem, constaram informações que explicavam o objetivo geral da pesquisa, quais eram os aspectos éticos e riscos, juntamente com o esclarecimento de que não existiam respostas certas ou erradas. Foi explicitado, também, pela pesquisadora, que a identidade pessoal dos/as participantes seria mantida em sigilo, e que ao consentirem com a gravação da entrevista, o áudio não seria divulgado, mas sim destruído após a conclusão da pesquisa. Todas as dúvidas apresentadas pelos/as participantes foram devidamente esclarecidas. Ressalta-se que toda a pesquisa foi custeada pela pesquisadora.

4.3 Procedimentos de Análise

O processo de análise é o momento em que, como discutido por Gomes (2007), o/a pesquisador/a desenvolve um olhar mais detalhado e atento para uma análise e interpretação aprofundada das informações. Minayo (1992, citado por Gomes 2007, p. 69) apresenta três finalidades para a análise das informações, que são as seguintes: "estabelecer compreensão das informações construídas, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte".

De forma específica, a análise se deu da seguinte forma: após concluir todas as entrevistas, os áudios foram transcritos e selecionados trechos importantes das falas dos/as participantes, considerando os objetivos, geral e específicos, da pesquisa. Posteriormente, com o auxílio da professora orientadora, foram construídas três categorias analíticas

temáticas para orientar a análise e interpretação das informações produzidas na pesquisa de campo.

A construção de categorias visa contribuir no processo de análise dos resultados da pesquisa, como destacado por Gomes (2004, p.70, citado por Fonseca, 2018), pois trata-se de “agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso”. As categorias analíticas temáticas são importantes para auxiliar o trabalho interpretativo no que se refere às entrevistas, explorando questões que se relacionem com o tema do trabalho e os objetivos propostos, bem como analisar as convergências e divergências que se apresentem nas falas dos/as participantes. Deste modo, o processo de análise e interpretação se torna mais produtivo, aproveitando de forma aprofundada as informações construídas, a fim de se obter resultados significativos.

As três categorias analíticas temáticas construídas foram as seguintes: (1) As questões de gênero no contexto escolar e na sociedade brasileira; (2) Sexualidade e diversidade na escola; e (3) Gênero, sexualidade e diversidade na escola: sugestões de estudantes.

5. Resultados e Discussão

Nesta seção, serão apresentados e discutidos os resultados mais significativos das entrevistas realizadas, considerando como base as categorias analíticas temáticas construídas e mencionadas anteriormente.

5.1 As questões de gênero no contexto escolar e na sociedade brasileira

Uma das questões iniciais trabalhadas com os/as alunos/as teve como objetivo analisar o que eles/as entendiam por gênero. As respostas variaram muito, algumas de modo mais simplista, superficial e outras com maior aprofundamento, sendo interessante comentar que as mais complexas eram das participantes lésbicas e do participante gay. Este é um dado importante para se analisar, quando percebemos que pessoas da comunidade LGBT, justamente por suas lutas, resistências, preconceitos e discriminações presentes no decorrer de suas vidas, estão mais suscetíveis e sensibilizadas a se manterem informadas e debaterem com maior detalhamento, questões que envolvam gênero, sexualidade e diversidade.

Para Tyrone significa: *“Gênero é aquilo que eu sou, o que me define. Entendo por isso, ser o que eu sou”*. Para a participante Lorena, gênero significa: *“Por gênero eu entendo o feminino ou o masculino”*. Em contrapartida, para o participante Isaac Victor, gênero não tem uma definição simplista: *“é uma pergunta difícil. Gênero eu acho que é a forma como você se porta (...) acredito que é um conjunto de questões (...) Da forma com que foi criada, da própria pessoa, das decisões que tomam pra própria vida, as oportunidades, mas sem dúvidas, é algo bem mais particular”*. A participante N. H. apresenta uma fala que converge com a de Isaac Victor, para ela: *“Gênero é mais complexo, pra falar a verdade as vezes nem*

eu entendo também. Gênero geralmente tenta fugir do não binarismo, que é aquela mulher, homem, então gênero é mais como você se afirma. "

Um outro ponto discutido com os/as alunos/as durante as entrevistas foi em relação às questões ligadas a gênero, diferenças existentes entre homens e mulheres, situações que lhes fizessem refletir sobre a divisão entre coisas de menina e de menino, e também seus posicionamentos a respeito das pessoas trans. Em linhas gerais, todos/as apresentaram opiniões similares sobre as questões de gênero, ou seja, quando perguntados/as a respeito de acharem se a sociedade espera ou não coisas diferentes de homens e mulheres, todos/as disseram que sim, que são esperadas coisas bem distintas, em variados aspectos, para um e para o outro.

Alguns/as participantes apontaram o machismo como sendo um dos fatores determinantes para que ainda hoje existam expectativas diferentes de papéis e atitudes para homens e mulheres. Como é o caso de Isaac Victor: *"Eu acho que essa questão existe muita desigualdade social, existe uma construção social por trás do machismo que tá presente na sociedade hoje em dia. Mas de qualquer forma não é certo porque se existe uma luta por igualdade de gênero hoje em dia é porque existe a tal da desigualdade "*. Nesta mesma linha de pensamento, Roliver expressa a seguinte opinião: *"Acredito, a sociedade ainda tem um preconceito ou algo enraizado nelas que falam sobre o machismo. Em relação à mulher mesmo, tipo, a mulher ainda é inferior ao homem, mesmo que o movimento feminista tá aí e deixa os direitos mais ou menos iguais, mas ainda ocorre muito o caso do machismo em relação a empresa, essas coisas. "*

Foi pedido que eles/as dessem exemplos de quando percebem essa divisão. Tyrone disse: *"Eles acham que, dependendo da profissão, a mulher não tem que assumir esse posto, porque por ser mulher, por ser mais delicada, frágil, acho que tem muito disso"*. Isaac Victor, destacou opiniões similares as de Tyrone: *"Espera que a mulher seja uma boa mãe, uma boa*

esposa e uma boa dona de casa, e o cara seja o progenitor de todo o dinheiro e as coisas também não funcionam assim, porque uma mulher pode muito bem ser muito bem sucedida na vida empresarial e o cara pode ser um ótimo dono de casa. ”

As respostas dos participantes a respeito dessa divisão entre homens e mulheres, os papéis que a sociedade espera que cada um exerça, estão em convergência ao que é expressado pelas autoras Carvalho (2018) e Swain (2008), em especial, quanto às representações sociais das mulheres. É apresentado por Swain (2008) que através de discursos, como os filosóficos, religiosos, científicos e tradicionais, a imagem da “verdadeira mulher” se dá por meio de qualidades, como, por exemplo: “doce, amável, devotada (incapaz, fútil, irracional, todas iguais!) e, sobretudo, amorosa. Amorosa de seu marido, de seus filhos, de sua família (...)” (p.10).

Em relação às profissões que, por vezes, acabam socialmente, sendo destinadas às mulheres, temos um complemento da fala da participante Tyrone: *“Eles acham que, dependendo da profissão, a mulher não tem que assumir esse posto, porque por ser mulher, por ser mais delicada, frágil, acho que tem muito disso”*, com o que é expressado por Swain (2008): “as profissões ditas femininas partilham estas características: enfermeira, professora primária, doméstica, babá, etc” (p.10). Ou seja, por ser reproduzido socialmente que a mulher é um ser frágil, delicado, sensível, as profissões que mais se adequam as características assim, envolvem cuidado, atenção, carinho, buscadas em profissões como as citadas por Swain (2008). Ao contrário das profissões “destinadas” aos homens, sendo eles, fortes, corajosos, viris, seus empregos envolvem força, agilidade, destreza.

Vemos essa diferenciação expressa em uma outra fala da participante Tyrone:

As pessoas olharem a mulher na área de engenharia, acha estranho, porque não é muito comum. Geralmente turma de engenharia são mais homens, cursos mais ou

menos assim, que são mais puxados pelo lado que eles falam, que são mais para o lado masculino, grotesco, que eles falam que mulher é delicada e frágil demais. Eles acham que mulher não tem que estar envolvida nessa área.

Indo na mesma direção da fala da participante Tyrone, a participante N. H. expôs: *“A gente pode ver isso bastante, como exemplo na política. A maioria dos representantes são homens. Então sempre a gente é o que representa pra gente né?!”* Em relação ao ambiente profissional, Roliver disse: *“Tem algumas empresas privadas que a mulher ainda recebe menos que o homem e isso é, infelizmente, é um caso real.”*

No decorrer das entrevistas, foram apresentadas aos/as participantes algumas situações hipotéticas que se relacionassem com questões de gênero, sexualidade e diversidade e solicitado que eles/as se posicionassem, supondo que estivessem diante de tais situações. A situação referente ao gênero tratava-se de uma aluna que queria participar do festival de pipas que acontece na escola, mas que quando vai participar, e até já leva sua pipa, a mãe percebe que só tem meninos participando e proíbe a filha (Anexo D).

Todos/as alunos/as diante desta situação se posicionaram de modo contrário à atitude da mãe da aluna, alegando não concordarem que exista coisa de menino e coisa de menina, mas expressam que, infelizmente, esse ainda é um cenário bastante presente na sociedade brasileira. Quanto a isso, a participante N. D. pontua que:

“A nossa sociedade ela é muito patriarcal, sempre existiu esses discursos antigos “a menina tem que brincar de boneca, o menino tem que brincar de carrinho, de bola”, sempre teve essas condições, então por isso muitos pais ainda não se adaptaram às novas mudanças da sociedade de que “aah, a criança pode brincar com o que ela quiser né”, então eu acho que na minha opinião deveria ser tanto pra menina quanto

pra menino, porque isso não vai mudar a opção sexual dela ou alguma outra coisa porque o interesse dela é brincar com aquilo, ela só quer soltar pipa. ”

Diante de tal situação, a participante N. H., expressou um sentimento de identificação e de tristeza ao dizer que já passou por situações parecidas: *“Fico imaginando a tristeza da criança, até porque isso já aconteceu comigo. Eu sempre gostei mais dos brinquedos de meninos, só que eu sempre fui muito afrontosa, então o que dizia que eu não podia, aí que eu ia querer mesmo, eu tentava ser o meu melhor, dar o meu melhor pra poder dizer “eu posso”.*

A partir do discurso dessa participante ao se mostrar sensibilizada com a situação apresentada, vemos a validade com que discussões na escola, contribuem na promoção de sentimentos e atitudes empáticas, a partir dos relatos, das experiências do outro. Isso faz com que o/a aluno/a que fala, possa se sentir acolhido/a, percebido/a como alguém importante e valorizado/a, enquanto o/a aluno/a que ouve, constrói um caráter mais respeitador, consciente do espaço e vivência do outro (Gusmão, 2003; Madureira & Branco, 2012; Barreto, 2016)

Uma outra situação hipotética sobre as questões de gênero, apresentada aos/as alunos/as para que pudessem discutir era referente as pessoas trans, contando a história de um garoto que passou a se chamar Camila, mas que não era aceita em casa e nem na escola. Sofria discriminações até mesmo da mãe e das professoras. A participante N. H. se mostrou bastante comovida com a situação e trouxe o seguinte posicionamento: *“ Eu acho que da sigla LGBT, os que mais sofrem são os trans porque eles não têm como esconder. Eu posso muito bem fingir que eu sou hétero, é fácil pra mim isso, mas já pra um trans não, é complicado. E não tem nem como eu tentar me colocar no lugar porque é um lugar muito difícil, é muito complicado. ”*

Um primeiro destaque a se fazer, em relação à fala da participante é quando diz: *“ Eu acho que da sigla LGBT, os que mais sofrem são os trans”*; é válido ressaltar aqui que não se

pode fazer julgamentos a respeito de qual grupo da comunidade LGBT, sofre mais em comparação à outro grupo. Todos carregam em si suas particularidades, suas vivências, angústias e dificuldades, não cabendo aqui avaliações. Todos/as devem ser respeitados/as e valorizados/as no mesmo nível.

O próximo destaque é a respeito da segunda parte do discurso de N. H.: “*Eu posso muito bem fingir que eu sou hétero, é fácil pra mim isso, mas já pra um trans não, é complicado*”. Esse discurso da participante tem relação direta com o que é discutido nos trabalhos de Bento (2017); Fonseca (2018); Franco e Cicillini (2015). Essas pesquisas analisam a partir das experiências e vivências de pessoas trans, situações da vida delas em que a violência e a discriminação sobressaíram, e que inevitavelmente, ainda as marcam até hoje.

Como discutido anteriormente nessa Monografia, em se tratando desse “fingir” exposto pela participante, é discutido por Fonseca (2018), o termo “passabilidade”, em que quanto maior a capacidade de um indivíduo, pertencente à um grupo, em “passar” a imagem referente, quase que “idêntica” a um outro grupo, em se tratando de pessoas da comunidade LGBT, menor será a violência cometida contra ele. Evidenciando que quanto menor a “passabilidade” de trans e/ou travestis, acabam por ser tornarem, com maior frequência, vítimas de violência física, verbal e emocional, resultando, muitas vezes, em assassinatos cruéis.

Em um outro momento da pesquisa, foram apresentadas aos/as participantes quadros com diferentes pessoas, que apresentavam diversas características em termos de cor, corpo, orientação sexual, conhecidas ou não, e pedido que ao observarem as imagens, escolhessem quem eles gostariam de ser e quem não, e justificar a resposta. Em dois dos quadros foi apresentada foto do Tammy Gretchen, antes e depois da transição, tendo como base essa informação, foi bastante interessante perceber que todos/as e apenas os/as participantes

LGBTs que foram entrevistados, escolheram o Tammy, como alguém que gostariam de ser. Suas justificativas foram as seguintes, para N. H: *“Gostaria de ser a Tammy, gostaria de ter a coragem da Tammy pra poder se assumir trans (...) Sem sombra de dúvida.”* Nesta mesma linha, Roliver conta que: *“eu seria a Tammy, porque ela tem a mãe que é conhecida na mídia e ela se abriu ao mundo mostrando o que ela realmente é. E sem medo do que os outros iriam pensar ou deixar de pensar. Ela simplesmente não se importou e só foi de cara.”*

Temos aqui um forte ponto de convergência nesses discursos, em que traduz o quanto a representatividade é válida em todos os contextos, e como a ampliação da visibilidade através de redes sociais, na política, música, figuras importantes no país, pode ajudar pessoas que possam estar passando por situações delicadas, levadas a questionarem seu próprio valor e papel na sociedade. São histórias de pessoas que passam por situações parecidas, que os/as inspiram e tornam-se mais fortes e resistentes ao preconceito e discriminação. Pessoas com influência na mídia social contribuem para que as outras, pertencentes ao mesmo grupo, sintam-se abrigadas, acolhidas.

Importantes ícones, como Pablo Vittar e Glória Groove transmitem a sensação de inúmeras possibilidades, que ser trans, travestis, drag queen, não precisa te fazer ir automaticamente para margem da sociedade. E é através de pesquisas acadêmicas, como as citadas anteriormente, com contribuições de diferentes formas, que possibilitam a promoção de uma cultura de paz e desnaturalização da violência na sociedade.

5.2 Sexualidade e diversidade na escola

As discussões sobre sexualidade iniciaram-se do mesmo modo que as sobre gênero, através da pergunta elaborada com o intuito de saber o que os/as alunos/as entendiam por sexualidade. E como ocorreu nas respostas sobre gênero, a respeito da definição de

sexualidade, as respostas mais complexas, detalhadas, também vieram dos/as participantes LGBTs, levando-nos a possível interpretação de que isso se dá, por fazerem parte de uma comunidade que é vítima de muitos preconceitos e discriminações.

Sendo assim, ao entrarem em maior contato com essas questões, podendo sentir na pele a discriminação proferida à comunidade, acabam entendendo e tornando-se mais receptivos e dispostos ao tratar e se envolver com assuntos relacionados à gênero, sexualidade e diversidade. E isso pode acabar resultando, em um maior interesse, fazendo com que busquem um maior conhecimento e entendimento em relação aos temas, tendo em vista que diz respeito a eles/as. Mas isso não quer dizer que pessoas cisgêneras não possam ou não vão ter interesse pela causa e buscarão informações sobre sexualidade e diversidade.

Tyrone definiu sexualidade como sendo sua decisão em gostar de alguém, para Lorena, sexualidade seria: *“relação de duas pessoas, seja homem e mulher, homem e homem, mulher e mulher”*. Já para Isaac Victor, se define através de um conjunto de coisas: *“é a sua orientação sexual, é a sua identidade de gênero. É a forma com que você relaciona seu íntimo com outras pessoas”*.

A participante N.H. expressa que: *“Sexualidade é uma palavra muito pequena, mas muito ampla. E nela cabe muita coisa, tipo atração, identidade, comportamentos biológicos”*; o participante Roliver conta que para ele: *“é como o indivíduo se vê na sociedade, (...) Seria algo biológico do ser humano, já nasce biologicamente com aquela sexualidade definida (...) Acham que é uma opção, uma escolha, que a pessoa escolhe ter pra ela, mas não é bem assim porque ninguém escolhe sofrer preconceito na sociedade.”*

Com base no que já foi discutido nesse trabalho, considerando a base teórica adotada (Bento, 2017; Fonseca, 2018; Franco & Cicillini, 2015; Junqueira, 2010; Madureira & Branco, 2015; Paula, 2016) e os tristes fatos cometidos contra a comunidade LGBT (ANTRA, Grupo Gay do Brasil), fica evidente pensar por que a fala *“ninguém escolhe sofrer*

preconceito na sociedade”; infelizmente, faz tanto sentido. A forte prática e naturalização da intolerância e violência no nosso país mata, cada vez mais, gays, lésbicas, travestis, transexuais, e é diante desse contexto que se deslegitima o pensamento de “escolha sexual”, porque ninguém que perceba o quanto a sociedade é cruel com a comunidade LGBT, “escolheria” fazer parte dessa comunidade (Junqueira, 2010; Paula, 2016).

Para abordar as questões de sexualidade com os/as alunos/as foram apresentadas, também, situações hipotéticas para que eles/as se posicionassem a respeito dos casos. A situação dada aos/as participantes envolvia dois alunos no corredor da escola comentando que gays são pessoas doentes e os/as alunos/as deveriam dizer se participariam ou não da conversa e o que achavam dessa afirmativa. A maioria dos/as alunos/as disse que participaria e que não concordam com a frase dita.

Ao ouvir tal situação, N.H. se expressou da seguinte maneira: *“É triste pensar que as pessoas ainda tratam isso como uma doença. Porque esse tipo de pensamento que faz com que pessoas sejam espancadas, faz com que muita pessoa se suicida, faz com que muita gente é rejeitada pela família.”*. Já Isaac Victor apontou a reflexão: *“A sociedade julga tudo o que sai do padrão como doente. É uma construção social que mata pessoas”*.

Em termos acadêmicos e científicos, como expressado por Guimarães (2009), é importante ressaltar que desde 1990, a homossexualidade não é considerada patologia. Isso porque, infelizmente, no século XIX, até a publicação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM II)³¹, a homossexualidade era denominada “homossexualismo” e tida como doença, havia testes, avaliações, buscando causas e soluções para “curar” o indivíduo.

³¹ Disponível em: American Psychiatric Association. (1968). *DSM-2: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Artmed Editora.

Valendo-se da frase “homossexuais são pessoas doentes” e as implicações que uma frase desta pode ter sobre a vida de uma pessoa, foi perguntado aos/as participantes se eles/as achavam importante trabalhar com os/as alunos/as a respeito da homossexualidade, sendo que atualmente muitas pessoas acreditam que isso seja papel somente dos pais, enquanto outros pontuam a relevância de tal questão ser discutida, também, na escola.

A percepção dos/as alunos/as entrevistados/as vai de encontro ao que é discutido em diversos trabalhos mencionados no decorrer dessa Monografia, como, por exemplo, Barreto (2016); Carvalho (2008); Junqueira (2010); Madureira e Branco (2015). Tanto os autores, quanto os/as participantes dessa pesquisa, concordam que a escola deve, sim, abordar temas relacionados à homossexualidade. De modo, a pontuar o quanto entrar em contato com esses temas, através de um/a professor/a, podendo ouvir e compartilhar opiniões e vivências com os/as colegas, é um ponto crucial para contribuir com o desenvolvimento do pensamento crítico, responsável e na construção de vínculos empáticos.

Levando em consideração a construção desses vínculos empáticos, identificação e importância da representatividade, a participante N. H revela que:

“Gênero, sexualidade, identidade, diversidade nada disso é discutido em casa (...) sendo debatido na escola já ajuda muito porque aí você vai pensar “nossa, não é só eu que penso assim”. É como aconteceu na minha escola por exemplo. Na minha sala mesmo só tinha eu de assumida, sabe?! Só que com o passar do tempo, as pessoas foram se assumindo, foram saindo do armário, porque foram vendo que é normal”.

Sendo a escola um espaço potencializador de transformações, como explícito pela participante N. H., temos a fala do aluno Isaac Victor: “as pessoas que quando se descobrem

homossexual, transexual ou questionam a própria posição, se sentem perdidas. O tema deve ser falado de forma leve, que deixe claro que tá tudo bem ser diferente às vezes”.

Temos aqui, a partir da fala dos/as alunos/as algo que diversas pesquisas acadêmicas, voltadas para professores/as; psicólogos/as escolares; travestis e transexuais (Franco & Cicillini, 2015; Holanda, 2016; Junqueira, 2009/2010; Paula, 2016) já trouxeram para o debate. Evidenciando a importância que promover discussões acerca de temas, como sexualidade, acaba viabilizando reflexões, momentos de fala e escuta das opiniões, vivências que são fundamentais para o desenvolvimento social e crítico de cada um/a dos/as alunos/as. A escola é um espaço com estrutura educacional para trabalhar com seus/suas alunos/as temas polêmicos, delicados de forma consciente, crítica, reflexiva, podendo valorizar o/a aluno/a em si.

Mesmo que com professores/as, pais, políticos, a sociedade brasileira como um todo, tendo medo de que isso se tornará uma “ideologia”, “doutrinação”, a verdade é que nossos/as alunos/as pensam por si, eles/as são capazes de formar suas próprias opiniões, posicionamentos, expressar suas angústias, de modo a não ferir o outro.

O que precisamos começar a fazer para ir, aos poucos, desconstruindo essa naturalização, é dar um voto de confiança para as crianças e os adolescentes. Não temos o poder e nem o direito de “colocar” opiniões na cabeça deles/as, moldá-los e direcioná-los como desejarmos, nosso dever é construir e proporcionar espaços abertos ao diálogo, valorização e respeito, permitindo que construam a autonomia, o pensamento crítico e responsável frente aos contextos em que estão inseridos/as.

Essa é uma conclusão, também, exposta por Madureira, Barreto e Paula (2018) em relação ao poder de transformação que a escola possui e se faz necessário passar à ouvir mais os/as alunos, dialogando com eles/as e mostrando o quanto suas vivências, opiniões,

sugestões são importantes para o desenvolvimento deles/as tanto como alunos/as, quanto como cidadãos/ãs.

5.3 Gênero, sexualidade e diversidade na escola: sugestões de estudantes

Ao analisar as opiniões dos/as seis entrevistados/as, foi possível perceber como um dos pontos convergentes, que todos acreditam ser importante que a escola possa debater, discutir e trazer para seus/suas alunos/as temas que envolvam gênero, sexualidade e diversidade. Apesar de perceberem a relevância que existe na escola em promover discussões sobre esses assuntos, algumas participantes trazem que seria importante que também houvesse discussões em casa, com os pais, com a família.

É imprescindível que, no cotidiano, tanto pelos pais quanto pelo corpo docente, seja construída uma importante ponte de comunicação entre a família e a escola, pois estas são as instituições sociais que mais contribuem para o desenvolvimento e formação de crianças e adolescentes. Como discutido por Cavalcante e Silva (2012) e Szymanski (2007), a presença ativa dos pais, da família como um todo, em conjunto com a escola, pode colaborar para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, quando se pensa em ir além do âmbito dos conhecimentos científicos, mas também no que se refere à inserção social de alunos/as e filhos/as. Inserção essa que está muito ligada a como crianças e adolescentes se comportarão na sociedade, como se relacionarão com os outros.

Entretanto, como o diálogo a respeito de questões que envolvam gênero e sexualidade, ainda é algo inexistente em muitas famílias, devido algumas delas levarem um modo de vida mais conservador e com pouca abertura ao diálogo entre pais e filhos/as, o papel de colaborar para uma inserção social consciente e reflexiva em relação aos posicionamentos, anseios e diversidades, acaba sendo da escola. Isso acontece, pois

infelizmente, o ambiente escolar, acaba sendo o único espaço que alguns alunos/as têm a oportunidade de entrar em contato com questões que envolvam adversidades e diversidades.

Por conseguinte, podem assim ter a oportunidade de serem bem amparados, orientados e estar em um ambiente acolhedor, que lhes proporcione um olhar crítico e mais respeitoso, tendo o devido acolhimento e suporte. Em se tratando dessa importante potencialidade transformadora da escola, N. H. afirma que: “*sendo debatido na escola já ajuda muito porque aí você vai pensar ‘nossa, não é só eu que penso assim’*”.

Todos/as expressaram em seus discursos a necessidade de a escola poder proporcionar um ambiente saudável para que alunos/as e professores/as possam conversar abertamente sobre preconceito, *bullying*, diversidade, entrar em contato com opiniões que divergem entre si e ainda assim saber respeitar o outro.

Algo similar aconteceu na pesquisa de Barreto (2016), em que a partir de grupos focais e oficinas com estudantes do ensino médio de uma escola pública, com idades entre 17 e 19 anos, a autora investigou como os/as alunos/as percebem o papel da escola na construção de diferentes identidades sociais. Na mesma direção da presente pesquisa, Barreto (2016) buscou evidenciar a voz, o papel ativo do/a aluno/a na escola, e por se tratar de pesquisas com temas considerados polêmicos, tabus na sociedade, é esperado que as opiniões acabem convergindo, ou, então, divergindo.

Porém, como retratado pela autora, identifico um ponto convergente, ao que foi falado pelos/as alunos/as dessa pesquisa em relação a como acontece dentro de sala de aula, os debates de assuntos, considerados “tabus”, como, por exemplo sexualidade. São temas, que por mais que sejam delicados, gerem diversas discussões, opiniões e posicionamentos totalmente contrários, é possível e concreto, o fato de que os/as alunos/as conseguem ser respeitosos/as uns com os/as outros/as. Valendo-se também da importância de que professores/as saibam conduzir e mediar da melhor forma esses debates.

Uma outra questão principal, de convergência entre esses trabalhos, é a relevância de percebermos o quanto é importante que os/as alunos vejam a escola como um ambiente acolhedor e capaz de lhes proporcionar conhecimentos, que consiga trabalhar neles/as o senso crítico, o poder de fala e escuta e, principalmente, o respeito às diversidades. É através de pesquisas como a de Barreto (2016) que se evidencia cada vez mais o quão significativo é o papel da escola, possibilitando assim que alunos/as participem de debates e discussões.

A partir de momentos como esses, que o/a estudante entra em contato com colegas que expressam opiniões que divergem das suas, e isso possibilita uma maior compreensão a respeito do ouvir o outro com respeito, que os diferentes posicionamentos são importantes, que todos possuem seu direito à fala. Reforçando a ideia de que o fato de as pessoas terem posições divergentes não quer dizer que elas não possam debater e discutir de maneira respeitosa. Lorena destaca que: “(...) *independente do que a pessoa acredita, você tem que respeitar a opinião dela sempre e muitas pessoas não aceitam e isso acaba gerando um monte de coisa, por exemplo, suicídio, violência por causa dessa não aceitação*”. Seguindo esta mesma linha de pensamento, demonstrando o porquê se faz importante debater esses temas nas escolas, N. D. pontua que:

“(...) deve ter uma base explicando pra todo mundo que deve sim respeitar todas essas diferenças e que é crime fazer determinadas coisas, tipo bullying e preconceito com determinadas pessoas e aprender a amar o próximo do jeito que ele é, porque ele é um ser humano apesar de tudo”.

Da mesma forma que foi expresso pelas outras participantes, em relação ao respeito que é importante ter pelo outro, mesmo que suas opiniões entrem em discordância, N. H., expôs o seguinte posicionamento: “(...) *eu acho que a gente deveria fazer uma discussão*

acerca do respeito, bem comum, porque hoje em dia as coisas estão muito diversificadas, né?! E apesar de ter pessoas que não aceita, tem que ter respeito”.

Apresento, aqui, uma breve análise de um dos trechos da fala da participante N.D.: *“porque ele é um ser humano apesar de tudo”*. É interessante pensar que apesar da aluna anteriormente trazer um discurso voltado para o respeito às diferenças, amar o próximo como ele é, analisando mais atentamente este trecho de sua fala, cabe questionarmos: O que viria a significar esse “apesar de tudo” na nossa sociedade? Apesar da pessoa ser gay, de ela ser lésbica, apesar de ser transexual, travesti, negro, mulher, ainda sim é um ser humano e é digno de respeito?

É possível perceber no discurso da participante uma certa desvalorização, ao utilizar de uma característica do indivíduo como uma forma de diminuí-lo, mas que ainda assim, “apesar de tudo”, apesar dessa diminuição ele ainda merece respeito. Vemos aqui um preconceito disfarçado (Franco & Cicillini, 2015; Junqueira, 2010). Frases que são de costume ouvir hoje em dia, como: “não tenho preconceito, até tenho um amigo que é gay” ou “ser gay tudo bem, não sendo perto de mim ou não dando em cima de mim”, vêm cercadas por um preconceito, que tenta ser disfarçado nessa “aceitação” frente às diferenças do outro. Entretanto, constatamos o aumento da discriminação e violência contra a comunidade LGBT no país.

A relevância de se debater assuntos referentes a gênero, sexualidade e diversidade na escola, contribui na forma com que os/as alunos/as enxergam o próximo, gerando mudanças em um cenário desrespeitoso, preconceituoso e violento. Como discutido por Madureira (2013), o ambiente escolar é um local constituído por atores sociais diversos, que diariamente reflete e contribui com questões sociais que envolvem desigualdades de gênero, raça, orientação sexual, etc.

Ao pensar nesse ambiente escolar, configurado de forma tão diversificada, é significativo analisar quais estratégias estão sendo usadas para transmitir e trabalhar o desenvolvimento intelectual, crítico e reflexivo, tanto com o corpo docente, coordenação; direção, quanto com o corpo discente. Percebe-se então se as diversidades encontradas na escola, estão sendo expressas e vistas de modo a valorizá-las ou indo em direção à uma desqualificação da mesma.

De forma mais ampla, e refletindo para além do ambiente escolar, é válido se questionar a respeito da configuração existente no ciclo contínuo entre sociedade-família-escola, em que vivências, comportamentos, pensamentos, ideias vão se apresentando em um contexto e se refletindo em outro. Cada vez mais, vemos pessoas espalhando o ódio e a intolerância dentro das escolas, nas salas de aula, diante do que não é socialmente considerado "normal". Infelizmente, essa é uma atitude que acaba por ser, muitas vezes, reproduzida em outros ambientes, como na rua ou em casa, resultando em vítimas próximas, como um/a colega de sala; um/a vizinho/a ou apenas um/a desconhecido/a que esteja fazendo o mesmo caminho que um/a possível agressor/a.

Ratificando o valor que há em debater temas como gênero e sexualidade nas escolas, N. H. expressa a seguinte fala: *"(...) na minha sala mesmo só tinha eu de assumida, sabe?! Só que com o passar do tempo, as pessoas foram se assumindo, foram saindo do armário, porque foram vendo que é normal"*.

A fala dessa participante nos faz refletir sobre o quanto é relevante que as escolas possam sim debater assuntos que envolvam gênero e sexualidade, tendo em vista o quanto isso pode contribuir na formação de caráter de cada um/a dos/as alunos/as. De modo, que a partir dessas discussões, debates dentro de sala, eles/as entrem em contato com pessoas que compartilhem das mesmas opiniões que as suas, que se sintam representados/as e valorizados/as (Almeida & Nogueira, 2011; Barreto, 2016; Junqueira, 2009/2010; Madureira

& Branco, 2012/2015; Paula, 2016). Percebendo que não estão sozinhos/as e que sua dor, suas angústias e questionamentos são válidos, que outras pessoas passam por situações parecidas, contribuindo, assim, na formação de importantes redes de apoio, que talvez não encontrariam em outros contextos com os quais estão inseridos/as, como, por exemplo, na família.

Sendo assim, analisando este atual contexto de intolerância com o qual vivemos no Brasil, uma das perguntas para os/as alunos/as participantes da pesquisa era a de que pudessem apresentar sugestões da forma com que pensavam ser possível debater temas como gênero, sexualidade e diversidade nas escolas. Todos/as disseram que palestras, debates para que os alunos tenham a oportunidade de se posicionarem, de expressarem o que pensam acerca da temática em foco. O participante Isaac Victor afirmou que: “(...) *Debates dirigidos pelos professores, palestras. Sempre de forma natural e leve*”.

Nessa mesma linha de sugestões de estratégias que seriam interessantes para trabalhar na escola temas como, gênero e sexualidade, a pesquisa de Madureira e Branco (2015), em que o objetivo era analisar as concepções e crenças de professores/as do Distrito Federal em relação às questões de gênero, sexualidade e diversidade, apresenta sugestões dadas pelos/as professores/as.

A pesquisa mencionada aconteceu em duas etapas, na primeira, professores (n=122) responderam um questionário com perguntas fechadas e abertas. Já na segunda etapa, realizou-se uma entrevista semiestruturada com cada professor/a (n=10) e quatro sessões de grupo focal em cada escola (duas). A respeito das sugestões, que vão muito de encontro às sugestões dos/as alunos/as, os/as professores sugeriram o uso de recursos diversos, como filmes; debates, jogos; dramatizações; análise crítica de piadas e programas televisivos. Destacam, ainda, que poderia ser desenvolvida uma metodologia participativa, em que fosse relacionado informações e discussões com os/as alunos/as.

Em contraponto ao que foi dito tanto pelos/as professores/as na pesquisa mencionada (Madureira & Branco, 2015), quanto pelos/as alunos/as na presente pesquisa, Tyrone disse que: *“Eu não aconselharia um debate, porque debate geralmente cada um vai expor sua opinião, vira aquela bagunça, mas como, seria legal se fosse como um esclarecimento, cada um viesse um profissional, explicasse o que é cada coisa”*.

A fala dessa participante nos faz refletir sobre o pensamento de muitos/as alunos/as, referente à deslegitimação deles/as próprios/as, do papel que eles/as têm na escola, quando se trata de exporem suas ideias, suas opiniões. É percebido uma desqualificação dos momentos de debates e discussões em sala de aula, isso porque alguns/as alunos/as carregam a mentalidade de que só é válido, legítimo a ocorrência de exposições de posicionamentos, transmissão de informações e conhecimentos, quando vindas de um especialista, de um/a professor/a. Valendo-se da visão de que o processo de ensino-aprendizagem deve ser simétrico, configurando-se assim, apenas pela fala dos/as professores/as, enquanto os/as alunos/as assistem as aulas calados/as e sem participar.

Faz-se aqui uma importante referência ao que é discutido por Paulo Freire, à crítica do modelo bancário, onde os/as alunos/as estão em contexto escolar apenas como depósito de informações, sem gerarem reflexões, transformar as informações apresentadas em conhecimento. Para Paulo Freire, a consciência é dinâmica e é através do diálogo que ela vai se constituindo (Brighente & Mesquida, 2016).

Debater é uma das poucas maneiras de se compreender o ponto principal ou objetivo de um assunto, podendo ou não chegar a um acordo. Mesmo sem comum acordo, a experiência de entrar em contato com opiniões diversas, já se torna enriquecedora para os/as alunos/as. Trazer especialistas é uma boa forma de contribuir para a formação de pensamento dos/as alunos/as, sendo um acréscimo na formação de opinião própria, mas não anula a necessidade de debate entre os mesmos. Alguns/as participantes trouxeram como exemplo o

que acontece nas escolas deles/as e que acreditam que seria interessante ser realizado em outras também.

Tyrone contou que na sua escola ocorrem oficinas sobre variados temas e que cada turma fica responsável por um assunto, fazem apresentações e debatem os assuntos. A participante compartilhou que na última feira da escola, tiveram quatro oficinas e uns dos temas foram política e *bullying*. Já N. H. relatou que:

A gente tem Eletismo³² e Protagonismo, são aulas durante a semana, que os alunos e os professores dão aula, sei lá, de um núcleo diversificado do que eles querem mesmo, de uma coisa que eles achem importante. Eu mesma sou de uma eletiva que é sobre mulheres que inspiram e a gente fica estudando sobre mulheres que inspiram, tipo Frida, Maria Carolina de Jesus e é o tempo que a gente tem pra poder discutir, debater sobre questões de gênero, sexualidade, raça, tudo, sabe?! Então, assim, acho que toda escola deveria dar um tempinho pra, sabe?! Ou uma matéria ou simplesmente englobar em alguma das matérias de humanas.

Esta mesma aluna que contou sobre a aula de Eletismo e Protagonismo, comentou a respeito de uma outra disciplina que há na escola, chamada Projeto de vida e sua experiência em uma das aulas:

“A gente tinha duas aulas de Projeto de vida, e eu e um amigo meu e outro amigo que se assumiu no dia, sabe?! A gente deu uma aula explicando como que era ser homossexual na sociedade, na escola, dentro de casa, e nossa, foi muito lindo, muito

³² Significado: “Época das eleições; período das falácias dos deputados, senadores. O ismo significa sistema político, portanto eleição + ismo = eletismo”. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/eletismo/>

emocionante. Na verdade, a gente quase não conseguiu dar aula porque a gente mal começava a falar um A e começava a chorar”.

É possível perceber através desses exemplos como a escola é um ambiente com potencial transformador, e isso é abordado por Madureira (2013) em seu capítulo, quando a autora expressa a importante potencialidade que a escola tem em promover discussões voltadas para o estímulo de uma consciência crítica, possibilitando que os/as alunos/as estejam em um ambiente saudável e acolhedor. Promovendo espaços que não os limitem ou desvalorizem seus pensamentos críticos, questionadores, mas, sim, que a partir dessa oportunidade, sejam estimulados/as a agir de forma consciente e respeitosa em relação às diferenças encontradas no outro.

Temos, a partir da fala dessas alunas, uma explicitação a respeito da possibilidade em se tratar de temas tidos como polêmicos e como os/as alunos/as são disponíveis ao debate. Almeida e Nogueira (2011) destacam a escola como sendo um espaço aberto tanto de discussões de trabalhos como de projetos que tragam assuntos como identidade social, igualdade de gênero, diversidade sexual. E tantos outros, como racismo, intolerância religiosa, homofobia, que se fazem cada vez mais presentes em nosso contexto social, mas ainda assim, pouco debatidos, seja em casa, na escola, nas rodas de amigos. O que pode acabar contribuindo para o aumento de preconceitos.

Como é expresso por Gusmão (2003, p.12), é “necessário recuperar e ensinar às crianças o respeito mútuo entre diferentes, tanto como é preciso fazer ver ao professor as introduções da sociedade em sua percepção de mundo”. A autora retrata como a escola é um ambiente diversificado, um espaço sociocultural composto por diferentes agentes que carregam em si suas particularidades, cultura, ideais, valores, opiniões e posicionamentos. O importante é que a escola, como instituição social, saiba conduzir e organizar da melhor

forma debates, projetos que estimulem os/as estudantes a pensarem de forma crítica, sempre incentivando o respeito às diferenças do outro, seja ele colega ou professor/a.

Em se tratando da forma como a escola deve conduzir assuntos, como sexualidade e gênero, as alunas Tyrone e N. D. expressaram que essas discussões devem ser abordadas com um certo limite, podendo ser estudadas apenas a partir de certa idade, de preferência com adolescentes. Segundo elas, é errado crianças debaterem sobre gênero, sexualidade e diversidade na escola, pois acreditam que não estejam preparadas, não saberiam lidar ou se posicionarem diante de tais questões. Tyrone disse: “ (...) *não para crianças muito pequenas, porque, tipo, até os sete anos as crianças são muito influenciadas pelo o que elas estão passando, aprendendo*”.

As participantes acreditam que os adolescentes estão com uma consciência e opinião formadas para esses temas, e que assim, não seriam “doutrinados” ou levados a pensar de determinada maneira. N. D. expõe o seguinte: “ (...) *com 16 anos já sei no que eu sou influenciada, no que eu não posso ser influenciada, o que eu devo seguir, o que não devo seguir*”. Acreditam que esses debates com os/as adolescentes sejam importantes para que através do conhecimento eles consigam questionar, desconstruir preconceitos, respeitar as diferentes escolhas do outro.

Mediante as falas de Tyrone e N. D., ressalta-se que, de modo geral, é importante que a escola consiga debater com seus alunos, independentemente da idade, assuntos que envolvam gênero, sexualidade e diversidade. Isso é de extrema importância, tendo como base que em qualquer momento da vida estaremos sujeitos a entrar em contato com situações que envolvam algum desses temas.

Isso pode acontecer com a criança que está na escola e vê, por exemplo, o coleguinha chegando com duas mães, dois pais ou até um beijo entre duas mulheres que tenha visto enquanto brincava no parquinho da cidade; um pré-adolescente que dentro da sua

sala vê um amigo sofrendo *bullying* de outros amigos que o chamam de “bicha”, “mulherzinha” ou um adolescente que passa a não mais se reconhecer no próprio corpo. Percebe-se, assim, que o ponto central não está em delimitar quais idades devem ou não ter acesso a esse debate, mas, sim, pensar em estratégias pedagógicas que facilitem a conversa, o entendimento tanto para a criança quanto para o/a adolescente, sempre adequando a linguagem ao nível de maturidade e desenvolvimento de cada um.

É significativo aprender com o que é discutido por Marques e Castanho (2011), sabendo, então, que não se pode fugir ou tentar esconder dos/as filhos/as, dos/as alunos/as de situações e ambientes que independem do nosso controle, como, por exemplo, os pais não acompanham os/as filhos/as durante todo o período em que estão na escola; os/ professores/as não sabem o que acontece dentro da casa de seus/suas alunos/as. É abordado pelos autores a importância de se valorizar o/a aluno/a, o que ele/a traz de opiniões, questionamentos e buscando oportunizar espaços motivadores e saudáveis ao diálogo.

Existem diversos outros exemplos encontrados no dia a dia, e é se valendo dessa realidade, que a escola não deveria se ausentar de debater, explicar e proporcionar para todos os/as alunos/as, algo primordial: o conhecimento. No capítulo de Madureira, Barreto e Paula (2018), é apresentado pelas autoras a importância de que diálogos, debates e a propagação de conhecimentos possibilitem a desconstrução da cultura de violência, ódio e intolerância que, infelizmente, está tão presente em nossa sociedade. Como debatido por elas, o conhecimento é a chave para acabar com a ignorância, intolerância, discursos preconceituosos e desrespeitosos em relação ao outro.

Para as autoras, a importância dessa desconstrução vem aumentando hoje em dia, muito por conta de nosso atual cenário político e principalmente, agora, com a escolha de nosso futuro presidente. Presidente este que apoia o projeto “Escola Sem Partido”, que diz ser contra a tal “ideologia de gênero”, a “doutrinação” de professores/as para com seus/suas

alunos/as. Entretanto e analisando mais a fundo os princípios norteadores desse projeto, é destacado por Madureira, Barreto e Paula (2018), o quanto a suposta neutralidade pedagógica conduz a uma padronização de pensamentos, questionamentos, atitudes, sentimentos, ou seja, essa normatização dificulta a principal contribuição do conhecimento, que é a de nos capacitar e promover transformações.

Sendo assim, é o conhecimento que vai proporcionar confiança aos pais para conseguirem conversar abertamente com seus/suas filhos/as sobre temas como sexualidade, preconceito, respeito; é o conhecimento que irá permitir ao/à filho/a, /aluno/a chegar nos pais/professores e expor suas angústias, questionamentos sem a insegurança de que poderá ser julgado/a e desrespeitado/a. E através do conhecimento a escola vai se aperfeiçoando e pode contribuir, da melhor forma possível, para o desenvolvimento do pensamento crítico e respeitoso de seus/suas alunos/as. E, desse modo, tais conhecimentos podem promover um efeito multiplicador, sendo compartilhados e reproduzidos em outros contextos de vida dos/as alunos/as.

Considerações Finais

Tomando como base as discussões realizadas no decorrer do presente trabalho, os objetivos delimitados, em que o principal foi analisar os posicionamentos e opiniões de alunos/as, em relação às questões de gênero, sexualidade e diversidade no contexto escolar, e pelas interpretações e análises realizadas a partir das entrevistas com os/as alunos/as, é possível concluir que, sim, esses debates devem estar, cada vez mais, presentes no contexto escolar.

A escola, enquanto instituição social, através de seu potencial transformador, com toda sua pluralidade, reunindo diferentes pessoas com suas características, contextos, vivências e valores, deve conseguir utilizar todo seu espaço, em busca de proporcionar aos/as seus/suas alunos/as abertura para diálogos favoráveis ao conhecimento e reconhecimento de si e do outro.

Um dos resultados mais significativos dessa pesquisa, e que não era esperado pela pesquisadora, foi o fato de todos/as os/as estudantes acreditarem que dentro da escola, sejam importantes os debates e as discussões acerca de temas que envolvam gênero, sexualidade e diversidade. De acordo com os/as alunos/as, eles/as percebem que, infelizmente, a escola se torna para alguns/as deles/as o único lugar em que acontecem conversas sobre tais assuntos, o único momento em que de fato entram em contato, seja de forma direta ou indireta, com o contexto e podem gerar reflexões e receber assistência e suporte diante delas.

Isso acontece, pois dentro de casa, onde muitas dessas conversas deveriam ser iniciadas, acabam por não existir. O motivo pelo qual isso não é concretizado, deve-se a muitas famílias serem conservadoras e não aceitarem que isso seja discutido com seus/suas filhos/as; ou então pais desprovidos de informações e que vieram de uma criação e um contexto totalmente diferente do que seus/suas filhos/as estão inseridos/as, onde eles mesmos

não tiveram essas conversas com seus pais, então não sabem como e não estão abertos para abordar com os/as filhos/as.

Diante desta realidade bastante frequente, é que o contexto escolar, com todo o corpo docente, deve tentar ao máximo usufruir desse espaço educacional para formar cidadãos/ãs que não se limitem ao mundo deles/as, mas que estejam abertos/as para entrar em contato e muito além disso, respeitar o espaço do outro e suas diversidades.

Um outro ponto bastante interessante está relacionado à fala de algumas alunas, em que por mais que acreditem que escola poderia discutir temas relacionados, por exemplo, a gênero e sexualidade, isso deveria acontecer somente com adolescentes. Para elas, as crianças não estão prontas para saber e debater tais assuntos, pois acabariam sendo “influenciadas”. A partir de opiniões como essas, é importante mencionar que, por mais que alguns indivíduos considerem importantes debates como esses no contexto escolar, ainda sim, reproduzem discursos e práticas discriminatórias, ancorados na justificativa de que crianças seriam “influenciadas”, pelos/as professores. Ou seja, assuntos considerados “tabus”, não deveriam ser abordados com elas.

Temos inúmeros casos publicados em reportagens, em que após palestras sobre educação sexual nas escolas, crianças denunciaram familiares ou amigos próximos da família, que tenham praticado atos de abuso sexual contra elas. Um desses casos ³³ mostra uma criança de 9 anos, que denunciou o padrasto. Ela era abusada sexualmente desde os 6 anos. São casos como esses que nos indicam o quanto é importante que a escola possa promover palestras e debates de assuntos como esses, não apenas com os/as adolescentes, mas também com as crianças, de modo a adequar a linguagem utilizada para cada faixa etária. É significativo pensar que, privando-as de tais conhecimentos, estamos na verdade

³³ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/10/05/crianca-denuncia-abuso-sexual-do-padrasto-em-bilhete-a-avo-faz-besteira-comigo.htm>

lhes impedindo que as mesmas sejam agentes ativos dentro da escola, de casa, dos inúmeros contextos em que estão inseridas. Em poucas palavras: tais conhecimentos cumprem um papel de fundamental importância na prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Em relação às sugestões dadas pelos/as alunos/as para que essas conversas aconteçam em sala de aula, em sua maioria, os/as entrevistados/as sugerem palestras; mesas redondas; debates. De modo, que juntamente professores/as sintam-se à vontade e confortáveis para se colocarem de modo ativo e reflexivo, apresentarem seus questionamentos e sem ter medo de serem julgados, a fim de transmitir conhecimentos e aprenderem uns com os outros.

Muitos/as dos/as participantes contaram sobre situações vivenciadas ou não por eles/as na escola, em que o preconceito e a discriminação estiveram explícitos, fosse por questões de identidade de gênero, orientação sexual, raciais ou estereótipos associados a padrões estéticos hegemônicos. Este é apenas um pequeno recorte, mas facilmente ampliado se tomarmos como base as notícias que aparecem sobre crianças e adolescentes que diariamente sofrem *bullying* pelos/as colegas, são violentados física e emocionalmente, a partir disso sofrem depressão, ansiedade, se isolam e alguns/as acabam cometendo suicídio. Ou até mesmo reproduzem o ciclo de violência e cometem crimes graves.

Ao iniciar esta pesquisa e sempre vendo notícias envolvendo casos de *bullying* com crianças e adolescentes, preconceito e discriminação, com finais tristes, me vinham questionamentos, que já mencionei no decorrer desse trabalho: “se esses/as alunos/as que foram violentados/as, estudassem em escolas onde estivessem presentes o debate e o diálogo a respeito de assuntos como gênero, sexualidade e diversidade, eles/as ainda assim seriam violentados/as? Escolas com abertura para essas questões, ajudam a formar alunos/as mais conscientes e respeitosos/as frente às diferenças dos outros?”

Até antes de começar as entrevistas, não havia chegado, de fato, a uma resposta, mas hoje, ao concluir este trabalho, tendo realizado cada uma das entrevistas, estando aberta ao novo e disposta a receber o que quer que os/as entrevistados/as trouxessem, minha resposta para tal questionamento é: não, eles/as provavelmente não seriam violentados/as e isso se confirma através de uma palavra, porém bastante significativa: o conhecimento. O que, muitas vezes, faz as pessoas cometerem atos violentos e desrespeitosos contra o outro é o medo do desconhecido, é não entender, não saber o que é e por que está acontecendo (Fonseca, 2018; Sawaia, 2014).

Com isso, torna-se relevante, e ainda mais tendo em vista o atual cenário político do país, onde cada vez mais o ódio, a intolerância e a violência parecem estar encontrando lugar para se afirmarem, defender a importância fundamental da promoção de uma escola livre e aberta. Um ambiente em que todos/as possam se sentir respeitados/as e valorizados/as, independentemente de aspectos religiosos, sexuais, raciais, econômicos.

Sendo assim, a presente pesquisa pretende contribuir e auxiliar na promoção de uma maior visibilidade sobre as questões de gênero, sexualidade e diversidade no contexto escolar. Indicando que os/as alunos/as precisam dessa assistência, tanto em nível educacional, acadêmico quanto em nível social, e percebendo que muita dessa resistência em discutir com os/as estudantes, vem por parte dos adultos, sejam eles: pais, mães, professores/as, diretores/as, políticos/as. Que com eles/as, os/as alunos/as, a conversa possa sim acontecer, apenas escolhendo a melhor estratégia pedagógica, oportunidades que favoreçam reflexões e permitindo que eles/as falem, exponham suas opiniões e anseios.

Por fim, valendo-se deste ponto e tendo por base que ainda existem poucas pesquisas voltadas para as percepções e posicionamentos dos/as próprios/as os/as alunos/as, ressalto aqui a importância de mais produções acadêmicas que possibilitem a promoção de uma voz

mais ativa e a valorização dos/as alunos/as, percebendo que eles/as têm, sim, muito a falar e, também, estão dispostos a ouvir, aprender e ensinar.

Referências

- Agência de notícias, IBGE. (2018). *Expectativa de vida do brasileiro sobe para 75,8 anos*. Retirado de: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18469-expectativa-de-vida-do-brasileiro-sobe-para-75-8-anos>
- Almeida, S. A., & Nogueira, J. A. (2011). Diversidade sexual no contexto escolar: percepção e atitudes dos educadores. *Ciência, Cuidado e Saúde*, 10 (3), 459–466.
- American Psychiatric Association. (1968). *DSM-2: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Artmed Editora.
- A notícia. (2018). *Conselho Tutelar acompanha caso de agressão contra criança na saída de escola em Mafra*. Retirado de <http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/geral/joinville/noticia/2018/07/conselho-tutelar-acompanha-caso-de-agressao-contracrianca-na-saida-de-escola-em-mafra-10498691.html>
- ANTRA, Associação Nacional de travestis e transexuais. *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017* (2018). ANTRA: Brasil. Retirado de <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>
- Bárbara, I. S. M. S., Cunha, F. L. & Bicalho, P. P. G. (2017). Escola sem partido: visibilizando racionalidades, analisando governamentalidades. Em G. Frigotto (Org.), *Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. (pp.105-120). Rio de Janeiro: Laboratório de políticas públicas (LPP).
- Barreto, A. L. C. S. (2016). *A escola e seu papel na construção de diferentes identidades sociais*. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Psicologia (Linha de Pesquisa: Psicologia e Educação), Centro Universitário de Brasília, Brasília.

- Barros, F. P. C. & Sousa, M. F. (2016). Equidade: seus conceitos, significações e implicações para o SUS. *Saúde Soc. São Paulo*. 25(1). 9-18.
- Bento, B. (2017). *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA.
- Boldrini, A. (2018). *Escola Sem Partido avança na Câmara; texto proíbe termo 'gênero'*. Retirado de: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/05/escola-sem-partido-avanca-na-camara-texto-proibe-uso-do-termo-genero.shtml>
- Bortini, L. (2017). *Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional*. Retirado de: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>
- Brighente, M. F. & Mesquida, P. (2016). Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora. *Pro-Posições*, 1(79), 155-177.
- Carvalho, M. P. (2008). Gênero na sala de aula: a questão do desempenho escolar. Em A. F. Moreira & V. M. Candau (Orgs.), *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas* (pp. 90-124). Petrópolis - RJ: Vozes.
- Carvalho, R. S. (2018). *Estereótipos de gênero no cinema infantil: o "olhar" de crianças e de psicólogos/as clínicos/as*. (Monografia não publicada). Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF.
- Castro, G. de A. (2017). *Pesquisa mostra rejeição dos brasileiros à ideologia de gênero nas escolas*. Retirado de <http://www.gazetadopovo.com.br/>
- Catraca Livre. (2016). *Brasil é o país que mais procura por pornografia trans no RedTube*. Retirado de <https://catracalivre.com.br/cidadania/brasil-e-o-pais-que-mais-procura-por-pornografia-trans-no-redtube/>

- Cavalcante, L. M. & Silva, M. L. G. (2012). *Relação família/escola: As contribuições da família no processo pedagógico vivido na educação infantil*. Campina Grande: Realize.
- Chauí, M. (2017). *Sobre a violência*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Ciavatta, M. (2017). Em G. Frigotto (Org.), *Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. (pp. 7-16). Rio de Janeiro: Laboratório de políticas públicas (LPP).
- Deci, E.L. & Flaste, R. (1998) *Por que Fazemos o que Fazemos: Entendendo a automotivação*. São Paulo: Negócio Editora.
- Dicionário Informal. *Eletismo*. Retirado de <https://www.dicionarioinformal.com.br/eletismo/>
- Fonseca, J. V. C. (2018). *Corpos (in)desejáveis: O fenômeno da transfobia a partir da perspectiva de pessoas trans e psicólogos/as*. (Monografia não publicada). Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2018). *Atlas da violência*. Retirado de <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia-2018/>
- Franco, N. & Cicillini, G. A. (2015). Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. *Estudos Feministas*, 23(2), 325-346.
- G1, CE. (2018). *Vereadores mantêm veto à lei para proibir 'ideologia de gênero' em Sobral*. Retirado de <https://g1.globo.com/>
- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. Em M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som* (pp.64-89). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Global Voices. (2015). *Brasil: vítima de racismo em escola, menina é obrigada a pedir desculpas aos agressores*. Retirado de <https://pt.globalvoices.org/2015/05/06/brasil-vitima-de-racismo-em-escola-menina-e-obrigada-a-pedir-desculpas-aos-agressores/>

- Gomes, R. (2007). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 79-108). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Guimarães, A. F. P. (2009). O desafio histórico de "tornar-se um homem homossexual": um exercício de construção de identidades. *Temas em Psicologia*, 17(2), 553-567.
- Gusmão, N. M. M. (2003). Os desafios da diversidade na escola. Em N. M. M. Gusmão (Org.), *Diversidade, cultura e educação* (p. 83-105). São Paulo: Biruta.
- Gustavo, D. (2018). *Estudantes fazem protesto contra preconceito sofrido por colega trans em escola em Maceió*. Retirado de <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/estudantes-fazem-protesto-contrapreconceito-sofrido-por-colega-trans-em-colegio-de-maceio.ghtml>
- Holanda, J. M. G. B. (2016). *As vivências de professores/as na elaboração de projetos pedagógicos promotores da igualdade de gênero*. (Monografia não publicada). Centro Universitário de Brasília. Brasília, DF.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Retirado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=notas-tecnicas>
- Junqueira, R. D. (2009). Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. Em R. D. Junqueira (Org.), *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 367-444). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.

- Junqueira, R. D. (2010). Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. *Espaço do currículo*, 2(2), 208-230.
- Karnal, L. (2017). *Todos contra todos: o ódio nosso de cada dia*. Rio de Janeiro: Leya.
- Lemos, M. L. (2017). A ideologia da ideologia de gênero e a escola. *Vértices*, 19(3), 51-62.
- Lionço, T & Diniz, D. (2008). Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. *Revista Psicologia Política*, 8(16), 307-324.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2001). A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. *Temas em Psicologia*, 9(1), 63-75.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2012). As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. Em A. U. Branco & M. C. S. L. Oliveira (Orgs.), *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural* (pp. 125-155). Porto Alegre: Mediação.
- Madureira, A. F. A. (2013). Psicologia Escolar na contemporaneidade: construindo “pontes” entre a pesquisa e a intervenção. In E. Tunes (Org.), *O fio tenso que une a Psicologia à Educação* (pp. 55-73). Brasília: UniCEUB.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2015). Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. *Temas em Psicologia (Ribeirão Preto)*, 23(3), 577-591.
- Madureira, A. F. A.; Barreto, A. L. C. S. & Paula, L. D. (2018). Educação, política e compromisso social: desconstruindo o mito da neutralidade pedagógica. Em E. Tunes (Org.), *Desafios da educação para a psicologia* (pp. 137-153). Curitiba: CRV.
- Marques, P. B. & Castanho, M. I. S. (2011). O que é a escola a partir do sentido construído por alunos. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 15(1), 23-33.

- Minayo, M. C. S. (2007a). O desafio da pesquisa social. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-29). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Ministério dos Direitos Humanos. (2018). *MDH divulga dados sobre feminicídio*. Retirado de <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/agosto/ligue-180-recebe-e-encaminha-denuncias-de-violencia-contras-as-mulheres>
- Moreira, A. F. B. & Câmara, M. J. (2008). Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica. Em A. F. Moreira & V. M. Candau (Orgs.), *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas* (pp. 38-66). Petrópolis - RJ: Vozes.
- O Globo. (2018). *Mulheres ganham até 38% menos que os homens na mesma função*. Retirado de <https://oglobo.globo.com/economia/mulheres-ganham-ate-38-menos-que-homens-na-mesma-funcao-22466944>
- Patto, M.H.S. (2000). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Paula, L. D. (2016). *Gênero, sexualidade e diversidade na perspectiva de psicólogos/as escolares*. (Monografia não publicada). Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF.
- Pezzo, R. (2018). *Criança denuncia abuso sexual do padrasto em bilhete a avó: 'Faz besteira comigo'*. Retirado de <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/10/05/crianca-denuncia-abuso-sexual-do-padrasto-em-bilhete-a-avo-faz-besteira-comigo.htm>
- Peres, W. (2009). Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. Em: Junqueira, R. D. (Org.) *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. (pp. 235-264). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.

- Pragmatismo Político. (2016). *Menino de 13 anos, vítima de bullying homofóbico comete suicídio*. Retirado de www.pragmatismopolitico.com.br/2016/11/menino-de-13-anos-vitima-de-bullying-homofobico-comete-suicidio.html
- Programa Escola sem Partido. Retirado de <https://www.programaescolasempartido.org/>
- Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais 2017 do GGB (Grupo Gay da Bahia). Retirado de <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>
- Relatório diário de mortes de LGBT no Brasil. Retirado de <https://homofobiamata.wordpress.com>
- Revista Lado A. (2018). *Vítima de bullying homofóbico: Criança comete suicídio em Minas Gerais*. Retirado de <https://revistaladoa.com.br/2018/05/noticias/vitima-de-bullying-homofobico-crianca-comete-suicidio-em-minas-gerais/>
- Sawaia, B. (2014). Identidade – uma ideologia separatista?. Em B. Sawaia (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 55-67). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Swain, T. N. (2008). Entre a vida e a morte, o sexo. *A construção dos corpos: perspectivas feministas*. Florianópolis: Mulheres.
- Szymanski, H. (2007). *A relação família/escola: desafios e perspectivas*. Brasília: Liber Livro.
- Tacca, M. C. V. R. (2008). Estratégias pedagógicas: conceituação e desdobramentos com o foco nas relações professor-aluno. Em M. C. V. R. Tacca (Org.), *Aprendizagem e trabalho pedagógico* (pp. 45-68). Campinas – SP: Alínea.
- Uol. (2012). *Estudante de 12 anos comete suicídio em Vitória após sofrer bullying na escola*. Retirado de <https://educacao.uol.com.br/noticias/2012/03/02/estudante-de-12-anos-comete-suicidio-em-vitoria-apos-sofrer-bullying-na-escola.htm>

Valente, J. (2018). Levantamento aponta recorde de mortes por homofobia no Brasil em 2017.

Retirado de: [http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-](http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-01/levantamento-aponta-recorde-de-mortes-por-homofobia-no-brasil-em)

[01/levantamento-aponta-recorde-de-mortes-por-homofobia-no-brasil-em](http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-01/levantamento-aponta-recorde-de-mortes-por-homofobia-no-brasil-em)

Anexos

Anexo A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (para os/as alunos/as maiores de idade)

**“ Questões de gênero, sexualidade e diversidade a partir da perspectiva de alunos/as”
Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira
Pesquisadora assistente: Mireli Pinto Medeiros**

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

O objetivo geral deste estudo é analisar os posicionamentos e opiniões de alunos/as, em relação às questões de gênero, sexualidade e diversidade no contexto escolar.

Você está sendo convidado a participar exatamente por ser estudante do ensino médio.

Procedimentos do estudo

Sua participação consiste em participar de uma entrevista sobre assuntos relacionados as questões de gênero, sexualidade e diversidade, com base nas suas opiniões pessoais.

Os procedimentos envolvem a realização de uma entrevista e a apresentação de imagens previamente selecionadas. A entrevista será gravada, com o seu consentimento, a fim de facilitar o posterior trabalho de análise.

Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.

A pesquisa será realizada em local a ser escolhido pelo participante e em horário a ser acertado entre este e a pesquisadora assistente.

Riscos e benefícios

Este estudo possui baixos riscos que são inerentes ao procedimento de entrevista.

Medidas preventivas serão tomadas durante a realização da entrevista para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será esclarecido que não há respostas certas ou erradas em relação às perguntas que serão apresentadas e que é esperado que o(a) participante responda de acordo com suas opiniões pessoais.

Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.

Com sua participação nesta pesquisa você poderá contribuir para um maior conhecimento sobre a temática focalizada na pesquisa.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.

Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com uma das pesquisadoras responsáveis.

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres

humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

Seus dados serão manuseados somente pelas pesquisadoras e não será permitido o acesso a outras pessoas.

O material com as suas informações (gravação em áudio da entrevista) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora assistente Mireli Pinto Medeiros, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e será destruído após a pesquisa.

Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade. Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ RG _____, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo. Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora assistente, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, ____ de ____ de ____

Participante

Pesquisadora responsável: Ana Flávia do Amaral Madureira,
Celular: (61) 99658 - 7755/ E-mail: ana.madureira@ceub.edu.br

Pesquisadora assistente: Mireli Pinto Medeiros
Celular: (61) 99849 – 1124 / E-mail: mihmedeiros4@gmail.com

Endereço dos(as) responsável(is) pela pesquisa:

Instituição: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Endereço: SEPN 707/907, Campus do UniCEUB

Bairro: Asa Norte CEP: 70790 - 075 Cidade: Brasília - DF

Telefone p/contato: (61) 3966 - 1200

Anexo B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (para responsáveis legais)

**“ Questões de gênero, sexualidade e diversidade a partir da perspectiva de alunos/as”
Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira
Pesquisadora assistente: Mireli Pinto Medeiros**

Seu filho(a) (ou outra pessoa por quem você é responsável) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. A colaboração dele(a) neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja que ele(a) participe (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida permitir a participação, você será solicitado(a) a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo. Seu filho(a) (ou outra pessoa por quem você é responsável), caso esteja de acordo, será solicitado também a assinar o documento de participação, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

O objetivo geral deste estudo é analisar os posicionamentos e opiniões de alunos/as, em relação às questões de gênero, sexualidade e diversidade no contexto escolar.

Seu filho(a) (ou outra pessoa por quem você é responsável) está sendo convidado(a) a participar exatamente por ser estudante do ensino médio.

Procedimentos do estudo

A participação dele(a) consiste em participar de uma entrevista sobre assuntos relacionados às questões de gênero, sexualidade e diversidade, com base nas suas opiniões pessoais.

Os procedimentos envolvem a realização de uma entrevista e apresentação de imagens previamente selecionadas, a entrevista será gravada, com o seu consentimento, a fim de facilitar o posterior trabalho de análise.

Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.

A pesquisa será realizada em local a ser escolhido pelo participante e em horário a ser acertado entre este e a pesquisadora assistente.

Riscos e benefícios

Este estudo possui baixos riscos que são inerentes ao procedimento de entrevista.

Medidas preventivas serão tomadas durante a realização da entrevista para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será esclarecido de que não existem respostas certas ou erradas em relação às perguntas que serão apresentadas e que é esperado que o (a) participante responda de acordo com suas opiniões pessoais.

Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, o(a) participante não precisa realizá-lo.

Com a participação nesta pesquisa ele(a) poderá contribuir para um maior conhecimento sobre a temática focalizada na pesquisa.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

A participação é voluntária. A pessoa por quem você é responsável não terá nenhum prejuízo

se você não quiser que ele(a) participe.

Ele(a) poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com uma das pesquisadoras responsáveis.

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela participação dele(a) neste estudo.

Confidencialidade

Os dados dele(a) serão manuseados somente pelas pesquisadoras e não será permitido o acesso a outras pessoas.

O material com as informações do(a) participante (gravação em áudio da entrevista) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora assistente Mireli Pinto Medeiros com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e será destruído após a pesquisa.

Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar o nome dele(a), instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada a privacidade de quem você é responsável.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a participação dele(a) no estudo.

Eu, _____ RG _____, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em consentir que ele(a) faça parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora assistente, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, ____ de ____ de _____.

Responsável por, _____

Pesquisadora responsável: Ana Flávia do Amaral Madureira
Celular: (61) 99658 - 7755/ E-mail: ana.madureira@ceub.edu.br

Pesquisadora assistente: Mireli Pinto Medeiros
Celular: (61) 99849 – 1124 / E-mail: mihmedeiros4@gmail.com

Endereço dos(as) responsável(is) pela pesquisa:

Instituição: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Endereço: SEPN 707/907, Campus do UniCEUB

Bairro: Asa Norte CEP: 707 – 075 Cidade: Brasília - DF

Telefone p/contato: (61) 3966 - 1200

Anexo C

Termo de Assentimento (para os/as alunos/as menores de idade)

**“ Questões de gênero, sexualidade e diversidade a partir da perspectiva de alunos/as”
Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira
Pesquisadora assistente: Mireli Pinto Medeiros**

Você sabe o que é assentimento? Significa que você concorda com algo. No caso desse documento, significa que concorda em participar dessa pesquisa.

Antes de decidir se quer ou não participar, é importante que entenda o estudo que está sendo feito e o que ele envolverá para você.

Apresentamos esta pesquisa aos seus pais ou responsáveis e eles sabem que também estamos pedindo sua concordância. Se você deseja participar, seus pais ou responsáveis também terão que concordar. Mas você é livre para fazer parte ou não desta pesquisa, mesmo se seus pais ou responsáveis concordarem. Não tenha pressa de decidir.

Também poderá conversar com seus pais, amigos ou qualquer um com quem se sinta à vontade para decidir se quer participar ou não, e não é preciso decidir imediatamente.

Pode haver algumas palavras que não entenda ou situações que você queira que eu explique mais detalhadamente, porque ficou mais interessado(a) ou preocupado(a). Nesse caso, por favor, peça mais explicações.

Natureza, objetivos e procedimentos do estudo

O objetivo deste estudo é analisar os posicionamentos e opiniões de alunos/as, em relação às questões de gênero, sexualidade e diversidade no contexto escolar.

Você vai participar de uma entrevista sobre assuntos relacionados as questões de gênero, sexualidade e diversidade, com base nas suas opiniões pessoais.

O que vai acontecer é a realização de uma entrevista e a apresentação de imagens previamente selecionadas, a entrevista será gravada, com o seu consentimento, a fim de facilitar o posterior trabalho de análise.

Você não fará nada além do que estamos explicando neste documento.

A pesquisa será realizada em local a ser escolhido pelo participante e em horário a ser acertado entre este e a pesquisadora assistente.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

Sua participação poderá ajudar que mais pessoas saibam sobre a temática focalizada na pesquisa, que diz respeito a questões de gênero, sexualidade e diversidade no contexto escolar.

Sua participação é voluntária, ou seja, você só participa se quiser e, de acordo com as leis brasileiras, não receberá dinheiro nem presentes pela sua participação neste estudo. Ninguém vai cobrar dinheiro de você ou de seus pais/responsável, ou vai tratá-lo(a) mal se não quiser participar.

Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento, bastando para isso falar com uma das pesquisadoras responsáveis.

Conforme as normas brasileiras sobre pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá dinheiro nem presentes pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

Seus dados ficarão somente com as pesquisadoras e não será permitido o acesso a outras pessoas.

O material com as suas informações (gravação em áudio da entrevista) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora assistente Mireli Pinto Medeiros, com a garantia de que ninguém vai falar de você para outras pessoas que não façam parte desta pesquisa e será destruído após a pesquisa.

Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Caso ocorram danos causados pela pesquisa, todos os seus direitos serão respeitados de acordo com as leis do país. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada.

Se quiser falar algo ou tirar dúvida sobre como será/está sendo tratado na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também envie um e-mail ou ligue para informar se algo estiver errado durante a sua participação no estudo.

Este Termo Assentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora assistente, e a outra ficará com você.

Assentimento

Eu, _____, RG _____, (se já tiver o documento), fui esclarecido(a) sobre a presente pesquisa, de maneira clara e detalhada. Fui informado(a) que posso solicitar novas informações a qualquer momento e que tenho liberdade de abandonar a pesquisa quando quiser, sem nenhum prejuízo para mim. Tendo o consentimento do meu(minha) responsável já assinado, eu concordo em participar dessa pesquisa. As pesquisadoras deram-me a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Brasília, ----- de -----.

Participante

Pesquisadora responsável: Ana Flávia do Amaral Madureira,
Celular: (61) 99658 - 7755/ E-mail: ana.madureira@ceub.edu.br

Pesquisadora assistente: Mireli Pinto Medeiros
Celular: (61) 99849 – 1124 / E-mail: mihmedeiros4@gmail.com

Endereço dos(as) responsável(eis) pela pesquisa:

Instituição: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Endereço: SEPN 707/907, Campus do UniCEUB

Bairro: Asa Norte CEP: 707 – 075 Cidade: Brasília - DF

Telefone p/contato: (61) 3966 - 1200

Anexo D

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Questões de Gênero, Sexualidade e Diversidade a partir da Perspectiva de Alunos(as)

Pesquisador: Ana Flávia do Amaral Madureira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 96577718.5.0000.0023

Instituição Proponente: Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.933.419

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa corresponde a um projeto de finalização do Curso de Graduação em Psicologia (Monografia de Conclusão de Curso), do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e apresenta como objetivo geral analisar os posicionamentos e opiniões de alunos(as) da cidade de Formosa, situada no Estado de Goiás, em relação às questões de gênero, sexualidade e diversidade no contexto escolar. Será utilizada uma metodologia qualitativa de investigação, tendo como participantes seis alunos(as) de escolas públicas e particulares, que estejam cursando o ensino médio e com idades entre 16 e 18 anos. Todos(as) participantes serão selecionados(as) via rede social da pesquisadora e não via instituição. A pesquisa envolverá a realização de entrevistas individuais semiestruturadas, de forma integrada à apresentação de imagens previamente selecionadas (retiradas da internet). Após a realização das entrevistas, as mesmas serão transcritas e interpretadas e, tendo por base o método da Análise de Conteúdo, serão construídas categorias analíticas temáticas.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo primário da pesquisa será "analisar os posicionamentos e opiniões de alunos(as), em relação às questões de gênero, sexualidade e diversidade no contexto escolar".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios apresentados à pesquisa foram: - riscos - "a pesquisa apresenta baixos

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

Continuação do Parecer: 2.933.419

riscos que são inerentes ao procedimento de entrevista. Medidas preventivas durante a entrevista serão tomadas para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será apresentada a orientação de que não existem respostas certas ou respostas erradas e que é esperado que o(a) participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais. Mesmo assim, caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento aos(às) participantes, os(as) mesmos(as) não precisam realizá-lo"; benefícios - "ao participar da pesquisa em questão, os(as) participantes colaborarão com o desenvolvimento de uma compreensão mais aprofundada sobre o tema focalizado na pesquisa".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Foram apresentados de forma adequada os objetivos e os riscos e benefícios à pesquisa. O cronograma da pesquisa encontra-se compatível à aprovação do projeto pelo Comitê de Ética e a mesma será financiada pelos pesquisadores, que possuem o currículo na Plataforma Lattes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os seguintes termos, necessários à aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa: - a Folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos, assinada pelo coordenador do curso; o TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os alunos maiores de idade; o TA - Termo de Assentimento para os alunos menores de idade e o TCLE para pais ou responsáveis, mas faltando a definição do dia, horário e local da entrevista com os alunos; e o roteiro de entrevista e as imagens selecionadas para a pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisadora pode iniciar a coleta de dados após acrescentar no TCLE para os responsáveis o dia e o local onde será realizada a pesquisa, pois parte dos participantes são adolescentes entre 16 e 18 anos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo previamente avaliado, com parecer n. 2.896.414/18, tendo sido homologado na 16ª Reunião Ordinária do CEP-UniCEUB do ano, em 6 de setembro de 2018.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO 1205010.pdf	23/08/2018 14:07:48		Aceito

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 2.933.419

Folha de Rosto	CCF23082018.pdf	23/08/2018 14:06:02	MIRELI PINTO MEDEIROS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Monografia.docx	22/08/2018 14:53:10	MIRELI PINTO MEDEIROS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEs.docx	22/08/2018 14:51:32	MIRELI PINTO MEDEIROS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 02 de Outubro de 2018

Assinado por:

**Marília de Queiroz Dias Jacome
(Coordenador(a))**

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

Anexo E

Roteiro de Entrevista

1. Você estuda na atual escola há quanto tempo?
2. Como é a sua turma? Como é a relação com seus colegas?
3. Você acredita que a sociedade espera coisas diferentes para homens e mulheres, ou não? Por quê?
4. O que você entende por sexualidade?
5. O que você entende por gênero?
6. Você acha que é importante o debate de assuntos relacionados a gênero, sexualidade e diversidade nas escolas, ou não? Por quê? (Se sim, como seria?)
7. Na escola em que você estuda, assuntos relacionados a gênero, sexualidade e diversidade são debatidos dentro da sala de aula, ou não? (Se sim, como são debatidos?)
8. Como a direção da sua escola lida com assuntos relacionados a gênero, sexualidade e diversidade?
9. Existem pessoas que acreditam que a escola não deve abordar o tema da homossexualidade. Outras pessoas acreditam que é importante discutir esse assunto na escola. Qual é a sua posição? Por quê?
10. Você percebe dentro da escola, por parte dos alunos, professores e até mesmo a direção, algum suporte ou apoio para alunos que tenham sofrido *bullying* por não se encaixarem no que se é esperado normalmente de um menino ou de uma menina? (Se sim, você poderia dar um exemplo?)
11. Imagine a seguinte situação: um aluno está se encaminhando à sala de aula quando ouve dois colegas conversando. Em determinado momento um deles fala que os gays

são pessoas doentes. Você, no lugar desse aluno, participaria ou não dessa conversa?

Por quê? (Se sim, como?)

12. Imagine a seguinte situação: Letícia brinca de pipas com seus irmãos e vizinhos.

Adora a brincadeira, confecciona suas próprias pipas, coloridas, bonitas. Na escola, vai acontecer um festival de pipas. A mãe leva Letícia com a pipa que confeccionou para o festival. Ao chegar à escola a mãe pergunta: “Só vai ter meninos?” E não houve jeito de convencê-la a deixar Letícia participar do festival. Como você se sente ao ouvir essa história? O que você acha dessa história?

13. Imagine a situação: João, 18 anos, adotou o nome de Camila. Ele apanha do irmão e

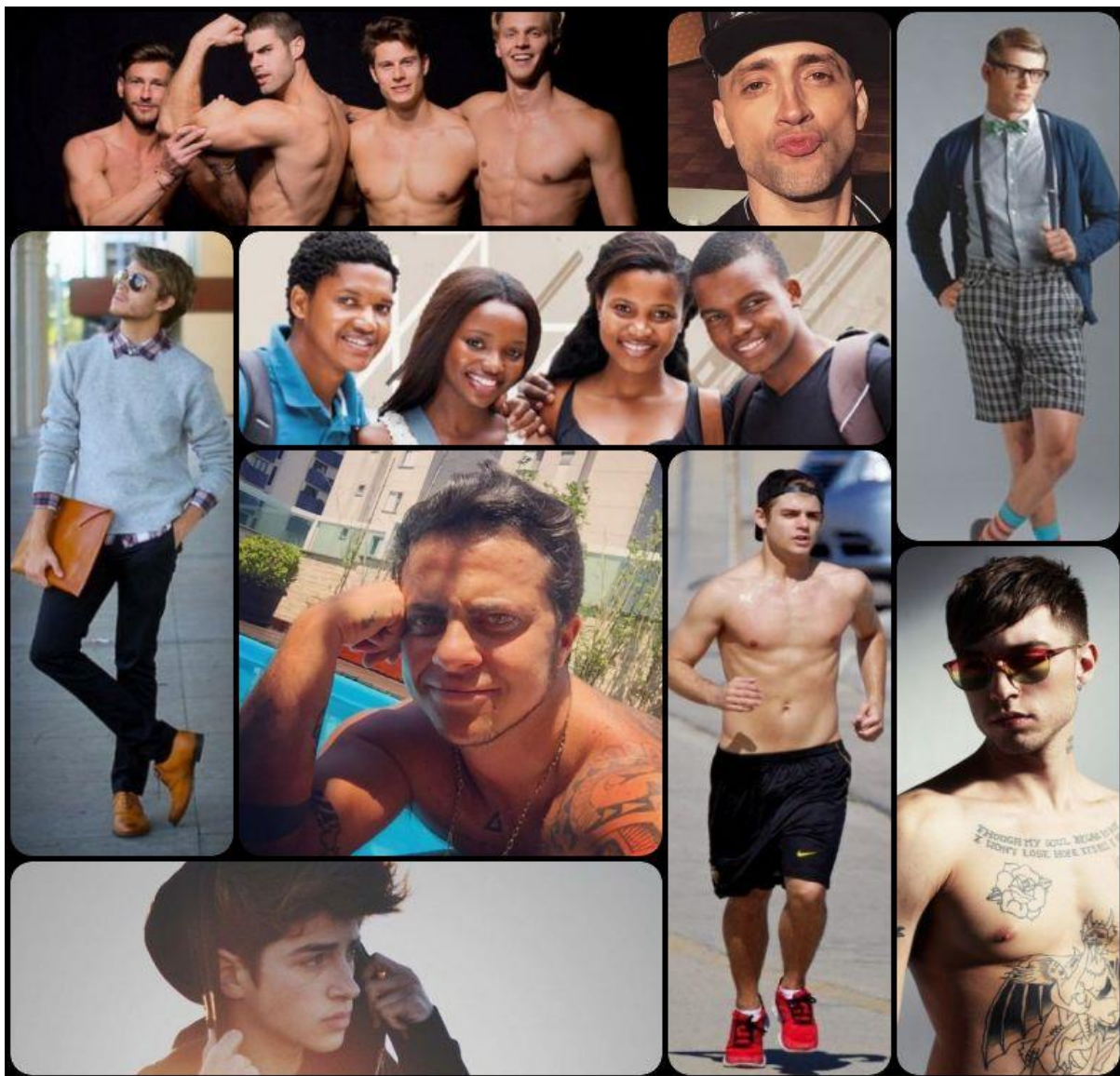
sua mãe não o defende. As meninas pequenas ficam longe de Camila na escola, porque as mães assim o determinam. Faz capoeira porque quer aprender a lutar. Na aula de capoeira, fica no fundo. A professora acompanha todos os alunos, menos Camila. Apesar dessas dificuldades, Camila tem uma rede de amigos e pessoas na escola que o apoiam e, entre eles, duas de suas professoras. Qual sua opinião a respeito dessa situação?

14. Você gostaria de acrescentar algo?

Anexo F**Imagens selecionadas**

Dentre essas imagens, quem você gostaria de ser? Por quê? E quem você não gostaria de ser?

Por quê?



Dentre essas imagens, quem você gostaria de ser? Por quê? E quem você não gostaria de ser?

Por quê?



Entre as imagens apresentadas qual você gosta mais? Por quê? E qual você gosta menos? Por quê?